# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
## DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA • PR
Artigo 37 da Constituição Federal | Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal|
Criado de Acordo com a Lei Municipal 2603/2016 Regulamentado pelo decreto 452/2016

www.jaguariaíva.pr.gov.br | Jaguariaíva, 28 de outubro de 2026 | 09 Páginas / Ano 10 / Edição nº 1112


# DECRETOS

## DECRETO n.º 789/2026

**Súmula:** Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.935.094,80 (um milhão, novecentos e trinta e cinco mil, noventa e quatro reais e oitenta centavos).

O Prefeito Municipal de Jaguariaíva, Estado de Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA,** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002, Lei Federal n.º 4.320/64 e artigo 6º e 7º da Lei Municipal n.º 3.097/2025, e considerando a Lei n.º 3.126/2026 que altera a estrutura administrativa do Executivo,

### DECRETA

**Artigo 1º.** Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Jaguariaíva, no Corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.935.094,80 (um milhão, novecentos e trinta e cinco mil, noventa e quatro reais e oitenta centavos) para as seguintes Dotações Orçamentárias:

**05 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA E AGROPECUÁRIA - SEMIL**
**2.009 Suporte Administrativo da Secretaria de Infraestrutura**
067 3.1.90.11.00.00.00 0000 Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil 300.000,00
070 3.1.90.94.00.00.00 0000 Indenizações e Restituições Trabalhistas 15.800,00
074 3.3.90.33.00.00.00 0000 Passagens e Despesas com Locomoção 220.000,00

**06 SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEMEC**
**2.018 Educação de Qualidade e Gestão Educacional**
112 3.1.91.13.00.00.00 0104 Contribuições Patronais 60.000,00
117 3.3.90.46.00.00.00 0104 Auxilio Alimentação 60.000,00
**2.019 Educação Fundamental com Qualidade e Inclusão**
126 3.3.90.32.00.00.00 0107 Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita 16.000,00
**2.024 Cultura com Acesso, Memória e Produção Ativa**
150 3.3.90.36.00.00.00 0000 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física 10.000,00
151 3.3.90.39.00.00.00 0000 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 23.000,00
**2.074 Ofertas da Prática Esportiva**
483 3.1.90.94.00.00.00 0000 Indenizações e Restituições Trabalhistas 1.000,00

**07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**
**2.033 Fortalecimento e Qualificação do Atendimento Hospitalar**
199 3.3.90.39.00.00.00 0303 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 419.000,00
**2.028 Fortalecimento da Atenção Básica a Saúde**
202 3.1.90.11.00.00.00 0494 Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil 400.000,00
206 3.1.91.13.00.00.00 0494 Contribuições Patronais 60.000,00
208 3.3.90.30.00.00.00 0722 Material de Consumo 251.031,00

**08 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHER, FAMÍLIA E HABITAÇÃO - SEDESMF**
**2.036 Gestão Administrativa da Assistência Social**
287 4.4.90.52.00.00.00 22935 Equipamentos e Material Permanente 79.092,00
287 4.4.90.52.00.00.00 0934 Equipamentos e Material Permanente 15.361,80
**2.039 Ofertas da Proteção Social Básica**
300 4.4.90.52.00.00.00 0937 Equipamentos e Material Permanente 4.160,00

**16 SECRETARIA MUNICIPAL DE NEGÓCIOS JURÍDICOS - SENJUR**
**2.059 Eficiência no Atendimento Jurídico a Administração**
428 3.1.90.94.00.00.00 0000 Indenizações e Restituições Trabalhistas 650,00

**Artigo. 2º.** Os recursos necessários à suplementação a que se refere o artigo anterior, decorrerão do artigo 4º., incisos I, II, III, IV e V, artigo 7º., Parágrafo 1º. e 2º., inciso II da Lei n.º 3.018/2024, artigo 43, Parágrafo 1º., inciso II, da Lei n.º 4.320/1964, provenientes:

**I. Oriundos de Excesso de Arrecadação das seguintes fontes de recursos**

| Fonte | Descrição | Valor |
|---|---|---|
| 0000 | Recursos Ordinários (Livres) | 335.600,00 |
| 0107 | Salário Educação | 16.000,00 |
| 0722 | Emenda Parlamentar Custeio Atenção Primária Comissão Saúde | 251.031,00 |
| 0937 | Bloco de Investimento SUAS (Estadual) | 4.160,00 |

**II. Oriundos de Superávit apurado no exercício de 2026 da seguinte fonte de recurso**

| Fonte | Descrição | Valor |
|---|---|---|
| 2935 | Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial SUAS | 79.092,00 |

**III. Oriundos de anulação das seguintes fontes de recursos**

**02 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEGOV**
**2.003 Expojaguar**
016 3.3.90.39.00.00.00 0000 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 116.600,00
**03 SECRETARIA M. DE FINANÇAS E PLAN. ORÇAMENTÁRIO - SEFIP**
**0.001 Pagamento de Indenizações e Restituições**
036 3.3.90.93.00.00.00 0000 Indenizações e Restituições 220.000,00

**06 SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEMEC**
**2.021 Frota Escolar com Qualidade e Acesso Garantido**
184 3.3.90.33.00.00.00 0104 Passagens e Despesas com Locomoção 120.000,00

**07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**
**2.026 Estruturação e Gestão Administrativa da SEMUS**
245 3.3.90.30.00.00.00 0494 Material de Consumo 460.000,00
247 3.3.90.39.00.00.00 0303 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 30.000,00
249 4.4.90.52.00.00.00 0303 Equipamentos e Material Permanente 10.000,00
**2.028 Fortalecimento da Atenção Básica a Saúde**
208 3.3.90.39.00.00.00 0303 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 120.000,00
210 3.3.90.93.00.00.00 0303 Indenizações e Restituições 20.000,00
211 4.4.90.52.00.00.00 0303 Equipamentos e Material Permanente 6.000,00
**2.030 Manutenção e Operação do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS**
218 3.3.90.39.00.00.00 0303 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 10.000,00
219 3.3.90.46.00.00.00 0303 Auxílio Alimentação 6.000,00
**2.032 Manutenção e Operação da Clínica Municipal de Fisioterapia**
236 3.3.90.39.00.00.00 0303 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 5.000,00
**2.034 Vigilância Sanitária em Ação**
263 3.1.90.16.00.00.00 0303 Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil 13.000,00
269 4.4.90.52.00.00.00 0303 Equipamentos e Material Permanente 5.000,00
**2.035 Vigilância Epidemiológica**
270 3.3.90.30.00.00.00 0303 Material de Consumo 10.000,00
**2.070 Gestão da Farmácia Básica**
258 3.3.90.32.00.00.00 0303 Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita 20.000,00

**08 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHER, FAMÍLIA E HABITAÇÃO - SEDESMF**
**2.042 Concessão de Benefícios Eventuais**
315 3.3.90.32.00.00.00 0934 Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita 15.361,80

**12 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - SEMEL - SUPRIMIDO**
**1.011 Expansão e Requalificação da Infraestrutura Esportiva**
372 4.4.90.51.00.00.00 0000 Obras e Instalações 61.600,00

**16 SECRETARIA MUNICIPAL DE NEGÓCIOS JURÍDICOS - SENJUR**
**2.059 Eficiência no Atendimento Jurídico a Administração**
432 3.3.90.36.00.00.00 0000 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física 650,00

**Artigo 3º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal n.º 3.086, de 10 de outubro de 2025 (Plano Plurianual - PPA 2026 - 2029).

**Artigo 4º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal n.º 3.087, de 16 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2026).

**Artigo 5º.** Este Decreto entrará em vigor na presente data.

**Artigo 6º.** Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 27 de outubro de 2026.

JOSÉ SLOBODA
**Prefeito Municipal**

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
**Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Receita Municipal**

MARCILIO ARAUJO MOTTA JUNIOR
**Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário**

## DECRETO n.º 790/2026

**Súmula:** Nomeia a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação PME, Lei Municipal n.º 2566/2015.

O Prefeito de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67 incisos X, XI da Lei Orgânica do Município, Considerando a Emenda Constitucional n.º 59/2009 de 11 de novembro de 2009, e ainda com base no Protocolo Geral sob n.º 13681/2026,

### DECRETA

**Artigo 1º. NOMEIA** a **EQUIPE TÉCNICA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PME** - Lei Municipal n.º 2566/2015.

**Artigo 2º.** A Equipe Técnica será composta pelos membros representantes de diferentes segmentos, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SEMEC.

**ELIANE DA SILVA FERREIRA**, brasileira, servidora pública municipal com cargo em provimento comissionado de Diretor do Departamento de Educação, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º X.XXX.198-9 II/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.979-04;

**GISLAINE DE MELLO LINHARES**, brasileira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Professor, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º X.XXX.689-2 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.259-79;

**TAMIRES PIMENTEL SAMPAIO,** brasileira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XX.XXX.951-8 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.909-79;

**SANDRA CRISTINA DE SOUZA BARREIRO**, brasileira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º X.XXX.256-8 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.179-96;

**ELENICE APARECIDA PIRES SARAIVA**, brasileira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Educador Infantil, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º X.XXX.615-7 II/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.649-86;

**ANNE CATHARYNNE AMANTINO DA SILVA**, brasileira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º XX.XXX.477-8 II/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.759-99

**ANA FLAVIA RODRIGUES MICHALOWSKI**, brasileira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º X.XXX.972-0 II/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.959-23;

**CYNTHIA TEIXEIRA DA SILVA LAZZARI**, brasileira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Professor, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º X.XXX.613-2 II/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.579-62.

**Artigo 3º.** A Equipe Técnica tem por objetivo promover uma análise compartilhada com a Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação, através de um processo contínuo e periódico de observação, apontando as lacunas e eventuais mudanças necessárias.

**Artigo 4º.** Compete à Equipe Técnica, seguindo a premissa que o Plano Municipal de Educação é instrumento de planejamento que ultrapassam os períodos de governo e compreendem todos os níveis, etapas e modalidades de ensino:

**I.** Organizar o Trabalho.
**II.** Estudar o Plano.
**III.** Monitorar continuamente as metas e estratégias, contribuindo com a mobilização e a participação social no processo.
**IV.** Avaliar o plano periodicamente, dialogando com a Secretaria Municipal de Educação e com a Comissão Coordenadora.

**Artigo 5º.** Fica Revogado o Decreto n.º 1154/2025.

**Artigo 6º.** Este Decreto entra em vigor na presente data.

**Artigo 7º.** Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 27 de outubro de 2026.

JOSÉ SLOBODA
**Prefeito Municipal**

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
**Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Receita Municipal**

MARCILIO ARAUJO MOTTA JUNIOR
**Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário**

HERCÍLIA TEIXEIRA DE MELLO
**Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**

## DECRETO n.º 791/2026

**Súmula:** Dispõe sobre a Prorrogação de Processo Administrativo Disciplinar em face de **CÉLIA MARIA BUENO** e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c artigo 148 e 154 da Lei n.º 2155/2010 e de acordo com o Decreto n.º 003/2026, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

### DECRETA

**Art. 1º.** Fica Prorrogado o Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de **CÉLIA MARIA BUENO,** servidora pública municipal, ocupante do cargo em provimento efetivo de Monitor, inscrita na matrícula n.º 4.351, tendo em vista o contido no Protocolo Geral sob n.º 08220/2026.

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Art. 3º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de outubro de 2026.

JOSÉ SLOBODA
**Prefeito Municipal**

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
**Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Receita Municipal**

MARCILIO ARAUJO MOTTA JUNIOR
**Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário**

ERIC DUDIK ROGERIO
**Secretário Municipal de Negócios Jurídicos**

## DECRETO n.º 792/2026

**Súmula:** Dispõe sobre a Prorrogação de Processo Administrativo Disciplinar em face de **ROSÂNGELA TEIXEIRA DA SILVA** e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c artigo 148 e 154 da Lei n.º 2155/2010 e de acordo com o Decreto n.º 003/2026, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

### DECRETA

**Art. 1º.** Fica Prorrogado o Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de **ROSÂNGELA TEIXEIRA DA SILVA,** servidora pública municipal, ocupante do cargo em provimento efetivo de Monitor, inscrita na matrícula n.º 5.498 tendo em vista o contido no Protocolo Geral sob n.º 08288/2026.

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Art. 3º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de outubro de 2026.

JOSÉ SLOBODA
**Prefeito Municipal**

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
**Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Receita Municipal**

MARCILIO ARAUJO MOTTA JUNIOR
**Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário**

ERIC DUDIK ROGERIO
**Secretário Municipal de Negócios Jurídicos**

## DECRETO n.º 793/2026

**Súmula:** Dispõe sobre a Prorrogação de Processo Administrativo Disciplinar em face de **SILMA DA SILVA** e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c artigo 148 e 154 da Lei n.º 2155/2010 e de acordo com o Decreto n.º 003/2026, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

### DECRETA

**Art. 1º.** Fica Prorrogado o Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de **SILMA DA SILVA,** servidora pública municipal,


ROSANA ARAUJO LOPES:02066527980
Assinado de forma digital por ROSANA ARAUJO LOPES:02066527980
Dados: 2026.10.28 16:49:58 -03'00'

ocupante do cargo em provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, inscrita na matrícula n.º 7.998 tendo em vista o contido no Protocolos Geral n.º 05222/2026.

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Art. 3º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de outubro de 2026.

JOSÉ SLOBODA
**Prefeito Municipal**

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
**Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Receita Municipal**

MARCILIO ARAUJO MOTTA JUNIOR
**Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário**

ERIC DUDIK ROGERIO
**Secretário Municipal de Negócios Jurídicos**

## DECRETO n.º 782/2026

**Súmula:** Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.845.141,89 (dois milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, cento e quarenta e um reais e oitenta e nove centavos).

O Prefeito Municipal de Jaguariaíva, Estado de Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA,** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002, Lei Federal n.º 4.320/64 e artigo 6º e 7º da Lei Municipal n.º 3.097/2025, e considerando a Lei n.º 3.126/2026 que altera a estrutura administrativa do Executivo,

### DECRETA

**Artigo 1º.** Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Jaguariaíva, no Corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.845.141,89 (dois milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, cento e quarenta e um reais e oitenta e nove centavos) para as seguintes Dotações Orçamentárias:

**05 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA E AGROPECUÁRIA SEMIL**
**1.001 Obras Públicas**
**086 4.4.90.51.00.00.00 0810 Obras e Instalações** **61.600,00**
**2.011 Manutenção e Gestão da Frota Municipal**
083 3.3.90.30.00.00.00 0504 Material de Consumo 80.000,00
**2.012 Reformas e Manutenção de Espaços Públicos**
095 3.3.90.30.00.00.00 0000 Material de Consumo 180.000,00

**06 SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEMEC**
**2.018 Educação de Qualidade e Gestão Educacional**
111 3.1.90.94.00.00.00 0104 Indenizações e Restituições Trabalhistas 14.000,00
118 4.4.90.52.00.00.00 1764 Equipamentos e Material Permanente 497.500,00
118 4.4.90.52.00.00.00 1765 Equipamentos e Material Permanente 796.000,00
**2.020 Educação Infantil com Qualidade e Inclusão**
141 4.4.90.52.00.00.00 1762 Equipamentos e Material Permanente 995.000,00
**2.021 Frota Escolar com Qualidade e Acesso Garantido**
183 3.3.90.30.00.00.00 0504 Material de Consumo 80.000,00
**07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**
**2.033 Fortalecimento e Qualificação do Atendimento Hospitalar**
192 3.1.90.94.00.00.00 0303 Indenizações e Restituições Trabalhistas 8.000,00
**2.032 Manutenção e Operação da Clínica Municipal de Fisioterapia**
238 4.4.90.52.00.00.00 0334 Equipamentos e Material Permanente 80.001,52

**14 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO - SEMATUR**
**2.057 Contribuição da Coleta Seletiva**
412 3.3.50.41.00.00.00 2511 Contribuições 53.040,37

**Artigo. 2º.** Os recursos necessários à suplementação a que se refere o artigo anterior, decorrerão do artigo 4º, incisos I, II, III, IV e V, artigo 7º, Parágrafo 1º e 2º, inciso II da Lei n.º 3.018/2024, artigo 43, Parágrafo 1º, inciso II, da Lei n.º 4.320/1964, provenientes:

**I. Oriundos de Excesso de Arrecadação das seguintes fontes de recursos**

| Fonte | Descrição | Valor |
|---|---|---|
| 0810 | Operação de Crédito Fomento Paraná 4654 (Contrapartidas) | 61.600,00 |
| 1762 | Emenda Parlamentar Mobiliário Sala de Aula Pedro Lupion | 995.000,00 |
| 1764 | Emenda Parlamentar Mobil. Outros Amb. Escolares Pedro Lupion | 497.500,00 |
| 1765 | Emenda Parlamentar Mobil. Outros Amb. Escolares II Pedro Lupion | 796.000,00 |

**II. Oriundos de Superávit apurado no exercício de 2026 da seguinte fonte de recurso**

| Fonte | Descrição | Valor |
|---|---|---|
| 0511 | Taxas Prestação de Serviços | 53.040,37 |

**III. Oriundos de anulação das seguintes fontes de recursos**

**03 SECRETARIA M. DE FINANÇAS E PLAN. ORÇAMENTÁRIO - SEFIP**
**0.001 Pagamento de Indenizações e Restituições**
036 3.3.90.93.00.00.00 0000 Indenizações e Restituições 180.000,00
**0.004 Amortização de Encargos com o IPREV**
043 4.6.91.71.00.00.00 0504 Principal da Dívida por Contrato 160.000,00

**06 SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEMEC**
**2.021 Frota Escolar com Qualidade e Acesso Garantido**
187 4.4.90.52.00.00.00 0104 Equipamentos e Material Permanente 14.000,00

**EXPEDIENTE**
**DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA**
Rosana Araújo Lopes - MTB. nº 3194 - PR
Jornalista Responsável
Superintendência Municipal de Comunicação
Rua Leônidas Ferreira de Barros, s/nº - Cidade Alta
(43) 3535 9306
E-mail: comunicacao@jaguariaiva.pr.gov.br
SEGOV SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

**07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**
**2.035 Vigilância Epidemiológica**
271 3.3.90.39.00.00.00 0303 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 8.000,00
**2.033 Fortalecimento e Qualificação do Atendimento Hospitalar**
197 3.3.90.30.00.00.00 0334 Material de Consumo 80.001,52

**Artigo 3º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal n.º 3.086, de 10 de outubro de 2025 (Plano Plurianual - PPA 2026 - 2029).

**Artigo 4º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal n.º 3.087, de 16 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2026).

**Artigo 5º.** Este Decreto entrará em vigor na presente data.

**Artigo 6º.** Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 20 de outubro de 2026.

JOSÉ SLOBODA
**Prefeito Municipal**

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
**Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Receita Municipal**

MARCILIO ARAUJO MOTTA JUNIOR
**Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário**
**Republicado por incorreção.**

## DECRETO n.º 788/2026

**Súmula:** Declara Situação de Emergência nas áreas do Município de Jaguariaíva afetadas por Tempestade Local/Convectiva Chuvas Intensas (COBRADE 1.3.2.1.4)

O Prefeito Municipal de Jaguariaíva, Estado de Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA,** no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Considerando a competência municipal para declarar situação de emergência e estado de calamidade pública, prevista no art. 8º, inciso VI, da Lei Federal n.º 12.608/2012;

Considerando que compete aos Municípios adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de desastres e à proteção da população atingida;

Considerando que o Município de Jaguariaíva foi severamente atingido por volumes pluviométricos elevados, chuvas intensas, anômalas e persistentes, superiores à média histórica sazonal;

Considerando que o excesso continuado de umidade e o consequente encharcamento do solo provocaram a degradação generalizada da malha viária rural e vicinal, com perda de trafegabilidade, atolamentos e erosões;

Considerando que a situação de anormalidade afetou diretamente o setor agrícola, ocasionando perdas de lavouras e plantações, comprometimento da fase reprodutiva e de colheita, soterramento e arrasto de culturas, além da impossibilidade de escoamento da produção;

Considerando que o setor madeireiro e florestal também foi afetado, com interrupção das atividades de manejo, corte e transbordo em áreas de floresta plantada e nativa, em razão da intrafegabilidade do solo e das estradas de acesso rural;

Considerando que os danos ocasionaram desabastecimento da cadeia produtiva local, paralisação de indústrias de beneficiamento de madeira e relevantes prejuízos econômicos e sociais;

Considerando a ocorrência de enxurradas e vendavais no Município de Jaguariaíva, em 13 de outubro de 2026, por volta das 7h50min, com precipitação aproximada de 43 mm em período de 40 minutos;

Considerando que a precipitação intensa e concentrada sobrecarregou a capacidade de drenagem urbana, provocando alagamentos, obstrução de bueiros, quedas de árvores e danos à infraestrutura pública;

Considerando que o evento foi precedido por período prolongado de chuvas intensas desde agosto de 2026, contribuindo para a saturação do solo e agravando os efeitos da tempestade;

Considerando que as áreas atingidas estão descritas no Formulário de Informações do Desastre FIDE e nos demais documentos técnicos anexos ao presente Decreto;

Considerando que os danos humanos, materiais, ambientais, econômicos e os prejuízos públicos decorrentes do desastre estão descritos no FIDE;

Considerando o parecer favorável da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil COMPDEC quanto à declaração de situação de emergência;

### DECRETA

**Art. 1º** Fica Declarada Situação de Emergência nas áreas do Município de Jaguariaíva descritas no Formulário de Informações do Desastre FIDE, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade Local/Convectiva Chuvas Intensas (COBRADE 1.3.2.1.4).

**Art. 2º** Fica autorizada a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem, sob a coordenação da COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário afetado e reconstrução.

**Art. 3º** Fica autorizada a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre, bem como a realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, destinadas à assistência da população afetada, sob a coordenação da COMPDEC.

**Art. 4º** Nos termos do art. 5º, incisos XI e XXV, da Constituição Federal, ficam autorizadas as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre, em caso de risco iminente, a:

**I.** penetrar nas casas para prestar socorro ou determinar a pronta evacuação;

**II.** usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

**Parágrafo Único.** Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou a autoridade administrativa que se omitir no cumprimento de suas obrigações relacionadas à segurança global da população.

**Art. 5º** Nos termos do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/1941, fica autorizado o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre, observada a legislação aplicável.

**§1º** No processo de desapropriação deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização incidentes sobre propriedades localizadas em áreas inseguras.

**§2º** Sempre que possível, as propriedades atingidas poderão ser substituídas por outras localizadas em áreas seguras, com apoio do Poder Público e da comunidade para eventual desmontagem e reconstrução das edificações.

**Art. 6º** Fica autorizada, quando presentes os requisitos legais, a contratação direta, por dispensa de licitação, de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, bem como de serviços e obras relacionados à reabilitação do cenário, nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**§1º** As contratações deverão limitar-se aos bens, serviços e obras necessários ao atendimento da situação emergencial, com observância da urgência, da compatibilidade dos preços com os praticados no mercado, da instrução processual e das demais exigências legais.

**§2º** As parcelas de obras e serviços contratadas com fundamento neste artigo deverão ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa contratada com fundamento no inciso VIII do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

**Art. 7º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sem prejuízo dos prazos próprios dos contratos eventualmente celebrados com fundamento no art. 6º.

**Art. 8º** Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 23 de outubro de 2026.

JOSE SLOBODA
**Prefeito Municipal**
**Republicado por incorreção.**

## LAUDO TÉCNICO

### DANOS AMBIENTAIS

**Município:** Jaguariaíva

**Data da Ocorrência:** 2026-10-13 07:50

No início do mês de outubro, houve uma tempestade com chuvas intensas. Até o dia 13 de outubro de 2026, às 7h50, no município de Jaguariaíva, ocorreram chuvas intensas e constantes, enxurradas e vendavais. Esse cenário provocou a paralisação de parte do setor madeireiro em razão das precárias condições das estradas, o que impediu a retirada da madeira das florestas. Além disso, produtores rurais tiveram perdas significativas em suas lavouras, as quais apodreceram nas plantações sem poderem ser colhidas a tempo. Somente no dia 13/10/2026, houve uma precipitação de 43 mm e a tempestade teve duração de 40 minutos, com muitas quedas de árvores pela cidade. A capacidade de restabelecimento da área afetada é considerada possuindo capacidade. O evento demandou resposta da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

**1. DANOS AMBIENTAIS IDENTIFICADOS**

| Categoria | Nível de Afetação | Descrição |
|---|---|---|
| Contaminação da Água | Não afetada | - |
| Contaminação do Solo | Não afetada | - |
| Contaminação do Ar | Não afetada | - |
| Exaurimento de Recursos Hídricos | Não afetada | - |
| Incêndio em APP/APA | Não afetada | - |

**ASSINATURAS:**

**DIVAEL DA SILVA MELO**
Secretário(a) de Meio Ambiente — Secretaria de Meio Ambiente e Turismo

**GUMERCINDO ATHAYDE**
Coordenador(a) Municipal de Proteção e Defesa Civil

## LAUDO TÉCNICO

### DANOS HUMANOS E ATENDIMENTO INICIAL

**Município:** Jaguariaíva

**Data da Ocorrência:** 2026-10-13 07:50

No início do mês de outubro, houve uma tempestade com chuvas intensas. Até o dia 13 de outubro de 2026, às 7h50, no município de Jaguariaíva, ocorreram chuvas intensas e constantes, enxurradas e vendavais. Esse cenário provocou a paralisação de parte do setor madeireiro em razão das precárias condições das estradas, o que impediu a retirada da madeira das florestas. Além disso, produtores rurais tiveram perdas significativas em suas lavouras, as quais apodreceram nas plantações sem poderem ser colhidas a tempo. Somente no dia 13/10/2026, houve uma precipitação de 43 mm e a tempestade teve duração de 40 minutos, com muitas quedas de árvores pela cidade. A capacidade de restabelecimento da área afetada é considerada possuindo capacidade. O evento demandou resposta da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

**1. RESUMO DOS DANOS HUMANOS**

| Categoria | Quantidade |
|---|---|
| Outros Afetados | 200 |
| **TOTAL DE AFETADOS** | **200** |

**3. COMPOSIÇÃO E ORIGEM DOS DANOS HUMANOS**

As enxurradas ocorridas em Jaguariaíva causaram impactos significativos na população local, embora não tenham resultado em mortes, feridos, desabrigados ou desalojados. No total, aproximadamente 200 pessoas foram afetadas de diversas maneiras. No setor agropecuário, 70 produtores enfrentaram a grave situação de 300 hectares de terras que se tornaram impróprios para colheita, devido à germinação inadequada dos grãos. Além disso, 30 produtores relataram que 80% de suas áreas de cultivo sofreram perda de qualidade nos grãos, comprometendo a viabilidade da colheita. Outros 25 produtores também enfrentaram perdas significativas, especialmente em suas plantações de alface e abobrinha, que foram severamente danificadas em áreas de campo aberto. No

que diz respeito ao comércio, a indústria local foi fortemente impactada. Um trabalhador da indústria relatou a falta de matéria-prima para a produção e a consequente baixa na saída de mercadorias. Além disso, 34 trabalhadores de outra empresa do setor industrial informaram que as atividades de extração de tora das florestas ficaram praticamente paradas devido às intensas chuvas, resultando em uma redução de 75% na produção e na necessidade de dispensar pessoal. Por fim, 40 trabalhadores de outra indústria também relataram que suas atividades foram afetadas em 80%, uma vez que as máquinas e caminhões não conseguiam acessar as áreas de extração de madeira. Essas condições adversas geraram um cenário de incerteza e dificuldades econômicas para a população de Jaguariaíva, que agora enfrenta os desafios de recuperação e adaptação após o evento climático.

**Apoio Necessário:** Necessita apoio estadual e federal

**Detalhes:** 1. DA CARACTERIZAÇÃO DO EVENTO ADVERSO E DOS IMPACTOS SETORIAIS O Município de Jaguariaíva foi severamente atingido por volumes pluviométricos anômalos e persistentes ao longo dos últimos 60 (sessenta) dias, ultrapassando substancialmente a média histórica sazonal. O excesso continuado de umidade e o consequente encharcamento do solo provocaram a degradação generalizada da malha viária rural e vicinal, resultando na perda de trafegabilidade, atolamentos, erosões e colapso de pontes e bueiros. Essa situação de anormalidade desestruturou diretamente as duas principais cadeias produtivas do município: Setor Agrícola: Houve a perda direta de lavouras e plantações em decorrência do excesso de hídrico na fase reprodutiva e de colheita, do soterramento/arrasto de culturas e da impossibilidade operacional de escoamento da produção, acarretando séria frustração de safra e comprometimento socioeconômico dos produtores locais. Setor Madeireiro e Florestal: Registrou-se a interrupção completa das atividades de manejo, corte e transbordo em áreas de floresta plantada/nativa, haja vista a intrafegabilidade absoluta do solo encharcado e das estradas de acesso rural, gerando o desabastecimento da cadeia produtiva local, a paralisação de indústrias de beneficiamento de madeira e imensas perdas financeiras ao setor. 2. DO EMBASAMENTO LEGAL E DA NECESSIDADE DE MEDIDAS DE EXCEÇÃO A gravidade dos fatos narrados extrapola a capacidade ordinária de resposta do Poder Público Municipal, preenchendo todos os requisitos legais previstos no art. 2º, incisos II e IV, e art. 7º da Lei Federal nº 12.608/2012 (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil), bem como no disposto na Portaria MDR/MDR nº 260/2022. A decretação de Situação de Emergência faz-se indispensável não apenas para a mobilização do aparato de resposta e recuperação das vias públicas pela administração, mas precipuamente para o reequilíbrio econômico dos produtores rurais e empreendedores locais atingidos. 3. DA FINALIDADE PARA FINS DE SECURITIZAÇÃO E RENEGOCIAÇÃO DE CRÉDITO RURAL O reconhecimento formal do estado de emergência serve de esteio indispensável para viabilizar as medidas amparadas no Manual de Crédito Rural (MCR 2-6-4) do Banco Central do Brasil, que autoriza a prorrogação ou recomposição de dívidas oriundas de operações de crédito rural (custeio, investimento e comercialização) quando comprovada a frustração de safras por fatores adversos e atípicos. Ademais, fundamenta os pleitos de acionamento do Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária), apólices de seguro privado e securitização de débitos junto às instituições financeiras operadoras do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), as quais exigem formalmente o registro público e o reconhecimento do desastre no SISDC para deferimento do repactuamento. Ante o exposto, resta plenamente caracterizada a Situação de Emergência no território municipal, requerendo-se o devido registro e homologação nos termos da legislação vigente.

**ASSINATURAS:**

**CLÉIA APARECIDA VALENGA SLOBODA**
Secretário(a) de Assistência Social

**GUMERCINDO ATHAYDE**
Coordenador(a) Municipal de Proteção e Defesa Civil

## LAUDO TÉCNICO

### DESPESAS COM LIMPEZA URBANA

**Município:** Jaguariaíva

**Data da Ocorrência:** 2026-10-13 07:50

No início do mês de outubro, houve uma tempestade com chuvas intensas. Até o dia 13 de outubro de 2026, às 7h50, no município de Jaguariaíva, ocorreram chuvas intensas e constantes, enxurradas e vendavais. Esse cenário provocou a paralisação de parte do setor madeireiro em razão das precárias condições das estradas, o que impediu a retirada da madeira das florestas. Além disso, produtores rurais tiveram perdas significativas em suas lavouras, as quais apodreceram nas plantações sem poderem ser colhidas a tempo. Somente no dia 13/10/2026, houve uma precipitação de 43 mm e a tempestade teve duração de 40 minutos, com muitas quedas de árvores pela cidade. A capacidade de restabelecimento da área afetada é considerada possuindo capacidade. O evento demandou resposta da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

**1. DESPESAS COM LIMPEZA URBANA**

| Localidade | Serviços Realizados | Equipamentos | Valor (R$) |
|---|---|---|---|
| Bairro Lagoão, Boa Vista, Barro Preto, Edith, Nossa Sra de Fátima e Taquaral | Raspagem de barro, Remoção de entulhos, Desobstrução | Caminhão Caçamba(2), Outros(2) | R$ 30.000,00 |
| **TOTAL** | | | **R$ 30.000,00** |

**ASSINATURAS:**

**REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM**
Secretário(a) de Obras — Secretaria de Infraestrutura logística e agropecuária

**GUMERCINDO ATHAYDE**
Coordenador(a) Municipal de Proteção e Defesa Civil

## LAUDO TÉCNICO

### DESPESAS DO MUNICÍPIO

**Município:** Jaguariaíva

**Data da Ocorrência:** 2026-10-13 07:50

No início do mês de outubro, houve uma tempestade com chuvas intensas. Até o dia 13 de outubro de 2026, às 7h50, no município de Jaguariaíva, ocorreram chuvas intensas e constantes, enxurradas e vendavais. Esse cenário provocou a paralisação de parte do setor madeireiro em razão das precárias condições das estradas, o que impediu a retirada da madeira das florestas. Além disso, produtores rurais tiveram perdas significativas em suas lavouras, as quais apodreceram nas plantações sem poderem ser colhidas a tempo. Somente no dia 13/10/2026, houve uma precipitação de 43 mm e a tempestade teve duração de 40 minutos, com muitas quedas de árvores pela cidade. A capacidade de restabelecimento da área afetada é considerada possuindo capacidade. O evento demandou resposta da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

**1. DESPESAS REALIZADAS PELO MUNICÍPIO**

| Tipo | Secretaria | Descrição | Valor (R$) |
|---|---|---|---|
| Combustível | Secretaria de infraestrutura logística e agropecuária | Diesel | R$ 100.000,00 |
| Materiais | Secretaria de infraestrutura logística e agropecuária | Telhas, tubos de concreto, cimento, areia, tijolos | R$ 100.000,00 |
| EPIs | Secretaria de infraestrutura logística e agropecuária | Capas de chuva, cones, fitas de segurança, luvas, cintas, botas, botinas | R$ 20.000,00 |
| **TOTAL** | | | **R$ 220.000,00** |

**ASSINATURAS:**

**REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM**
Secretário(a) de Finanças — Secretaria Infraestrutura logística e agropecuária

**GUMERCINDO ATHAYDE**
Coordenador(a) Municipal de Proteção e Defesa Civil

## LAUDO TÉCNICO

### PREJUÍZOS AGROPECUÁRIOS

**Município:** Jaguariaíva

**Data da Ocorrência:** 2026-10-13 07:50

No início do mês de outubro, houve uma tempestade com chuvas intensas. Até o dia 13 de outubro de 2026, às 7h50, no município de Jaguariaíva, ocorreram chuvas intensas e constantes, enxurradas e vendavais. Esse cenário provocou a paralisação de parte do setor madeireiro em razão das precárias condições das estradas, o que impediu a retirada da madeira das florestas. Além disso, produtores rurais tiveram perdas significativas em suas lavouras, as quais apodreceram nas plantações sem poderem ser colhidas a tempo. Somente no dia 13/10/2026, houve uma precipitação de 43 mm e a tempestade teve duração de 40 minutos, com muitas quedas de árvores pela cidade. A capacidade de restabelecimento da área afetada é considerada possuindo capacidade. O evento demandou resposta da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

**1. PREJUÍZOS AGROPECUÁRIOS**

| Tipo | Especificação | Localidades | Produtores Afetados | Descrição | Prejuízo (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| Agricultura | Trigo Área: 3000 ha | Pesqueiro, Sertão e Várzea | 70 | Estimativa de 300 hectares impróprios para colheita devido a germinação do grão e restante da área com perda de qualidade do grão. | R$ 3.000.000,00 |
| Agricultura | Cevada Área: 1000 ha | Pesqueiro, Sertão e Várzea | 30 | 80% das áreas com perda de qualidade de grão. | R$ 1.000.000,00 |
| Agricultura | Olericultura Área: 15 ha | Sertão e Joaquim Murtinho | 25 | Perdas de área de alface e abobrinha em área de campo aberto. | R$ 75.000,00 |
| Infraestrutura Agrícola | Outros: Estufa de morango Dan: 1 \| Dest: 1 | Cerrado da Roseira | — | Perda da estrutura de uma estufa para produção de morango. | R$ 50.000,00 |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 4.125.000,00** |

**ASSINATURAS:**

**SANDRO DRINKO DE MATOS**
Engenheiro(a) Agrônomo(a) / Técnico(a) Agrícola — CREA nº PR 89047/D
Secretário(a) Municipal de Agricultura

**GUMERCINDO ATHAYDE**
Coordenador(a) Municipal de Proteção e Defesa Civil

## LAUDO TÉCNICO

### PREJUÍZOS NO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

**Município:** Jaguariaíva

**Data da Ocorrência:** 2026-10-13 07:50

No início do mês de outubro, houve uma tempestade com chuvas intensas. Até o dia 13 de outubro de 2026, às 7h50, no município de Jaguariaíva, ocorreram chuvas intensas e constantes, enxurradas e vendavais. Esse cenário provocou a paralisação de parte do setor madeireiro em razão das precárias condições das estradas, o que impediu a retirada da madeira das florestas. Além disso, produtores rurais tiveram perdas significativas em suas lavouras, as quais apodreceram nas plantações sem poderem ser colhidas a tempo. Somente no dia 13/10/2026, houve uma precipitação de 43 mm e a tempestade teve duração de 40 minutos, com muitas quedas de árvores pela cidade. A capacidade de restabelecimento da área afetada é considerada possuindo capacidade. O evento demandou resposta da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

**1. PREJUÍZOS NO COMÉRCIO / INDÚSTRIA / SERVIÇOS**

| Setor | Atividade | Bairro | Estabelecimentos | Trabalhadores / Proprietários Afetados | Prejuízo (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| Indústria | Beneficiamento de madeira | Distrito Industrial.04 Jaguariaíva PR | 1 | 1 | R$ 0,00 |
| Indústria | Industria e Comercio de Madeiras | - | 1 | 34 | R$ 950.000,00 |
| Indústria | Industria e Comercio de Madeiras | Distrito Industrial. 04 Jaguariaíva PR | 1 | 40 | R$ 1.500.000,00 |
| **TOTAL** | | | **75** | | **R$ 2.450.000,00** |

**2. NATUREZA DAS AFETAÇÕES**

| Atividade | Tipos de Afetação | Descrição |
|---|---|---|
| Beneficiamento de madeira | Mercadorias, Paralisacao | Falta de materia prima para produção e baixa de saida de mercadoria |
| Industria e Comercio de Madeiras | Mercadorias, Paralisacao | Devido as altas chuvas na região, a extração de tora das florestas ficaram praticamente paradas, pois os camihões e maquinas nao conseguem trabalhar. com isso minhas atividades foram afetadas em torno de 75% da produção, ficando parado e tendo que dispensar o pessoal. |
| Industria e Comercio de Madeiras | Mercadorias, Paralisacao | Minhas atividades foram afetadas em 80%, pois as maquinas e caminhões não conseguem retirar as madeiras do mato |

**ASSINATURAS:**

**MARCOS JOSE LEGAT**
Secretário(a) de Comércio e Indústria — Secretaria de Industria e Comercio

**GUMERCINDO ATHAYDE**
Coordenador(a) Municipal de Proteção e Defesa Civil

## LAUDO TÉCNICO

### DANOS EM INFRAESTRUTURA PÚBLICA

**Município:** Jaguariaíva

**Data da Ocorrência:** 2026-10-13 07:50

No início do mês de outubro, houve uma tempestade com chuvas intensas. At o dia 13 de outubro de 2026, às 7h50, no município de Jaguariaíva, ocorreram chuvas intensas e constantes, enxurradas e vendavais. Esse cenário provocou a paralisação de parte do setor madeireiro em razão das precárias condições das estradas, o que impediu a retirada da madeira das florestas. Além disso produtores rurais tiveram perdas significativas em suas lavouras, as quais apodreceram nas plantações sem poderem ser colhidas a tempo. Somente n dia 13/10/2026, houve uma precipitação de 43 mm e a tempestade teve duraçã de 40 minutos, com muitas quedas de árvores pela cidade. A capacidade d restabelecimento da área afetada é considerada possuindo capacidade. O evento demandou resposta da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

**1. INFRAESTRUTURA PÚBLICA AFETADA**

**Bueiros**

| Localização | Bairro | Especificações | Impacto | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|
| Rua Porto Velho | Bairro Pedrinha | Dan: 1 \| Dest: 0 \| Ent: 1 | Compromete drenagem | R$ 30.000,00 |
| **Subtotal Bueiros** | | | | **R$ 30.000,00** |

**TOTAL GERAL DE INFRAESTRUTURA: R$ 30.000,00**

**ASSINATURAS:**

**SERGIO CRUZ**
Engenheiro(a) Civil — CREA nº 21588-D/PR

**GUMERCINDO ATHAYDE**
Coordenador(a) Municipal de Proteção e Defesa Civil

# SENJUR

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE ESTÁGIO**

MUNICÍPIO DE JAGUARIAIVA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno público com sede à Praça Isabel Branco, 142, Centro, inscrita no CNPJ/MF nº 76.910.900/0001-38, neste ato representado pelo Senhor JOSÉ SLOBODA, brasileiro casado, portador da cédula de identidade RG nº. x.xxx.839-7-PR, e CPF nº. xxx.xxx.009-82, residente e domiciliado na PR 151, km 217, cx postal 132, Jaguariaíva/PR, nesta Cidade, Prefeito Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções, rescinde o Contrato administrativo de estágio, com admissão 05/06/2025 até 21/10/2026 em nome do estagiário DAMYESK FELIX WASEM, portador do CPF nºxxx.xxx.209-76.

MUNICÍPIO DE JAGUARIAIVA

JOSÉ SLOBODA PREFEITO

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE ESTÁGIO**

MUNICÍPIO DE JAGUARIAIVA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno público com sede à Praça Isabel Branco, 142, Centro, inscrita no CNPJ/MF nº 76.910.900/0001-38, neste ato representado pelo Senhor JOSÉ SLOBODA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. x.xxx.839-7-PR, e CPF nº.xxx.xxx.009-82, residente e domiciliado na PR 151, km 217, cx postal 132, Jaguariaíva/PR, nesta Cidade, Prefeito Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções, rescinde o Contrato administrativo de estágio, com admissão 23/06/2025 até 26/10/2026 em nome da estagiária SAMANTA SETTER BARBOSA, portadora do CPF nº xxx.xxx.389-07.

MUNICÍPIO DE JAGUARIAIVA

JOSÉ SLOBODA PREFEITO

**JULGAMENTO**
**PROCESSO Nº12.578/2025**
**INVESTIGADO: JONATHAN DONATO RAMOS DA SILVA**

**I RELATÓRIO**

Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar instaurado em face de Jonathan Donato Ramos da Silva, servidor ocupante do cargo efetivo de Eletricista Predial, em razão dos fatos comunicados no Protocolo Geral nº 12.578/2025 e no Ofício nº 986/2025, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

A imputação teve como principal origem o Ofício nº 986/2025 DEF/SEMEC, encaminhado em 5 de setembro de 2025 pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos. O documento comunicou uma ocorrência envolvendo Jonathan Donato Ramos da Silva, identificado como servidor efetivo, ocupante da função de Eletricista Predial e então disponibilizado para atuação junto à Secretaria de Educação.

Segundo o ofício, o servidor já teria sido advertido pessoalmente em razão de condutas consideradas inadequadas em relação a outros servidores da Secretaria, descritas genericamente como atitudes de desrespeito e incompatíveis com o ambiente de trabalho. A comunicação afirmou, ainda, que teria ocorrido reiteração da conduta mesmo após essa advertência, desta vez por meio de mensagens divulgadas em grupo de colaboradores da Secretaria em rede social. O ofício, contudo, não individualizou, com precisão suficiente, o conteúdo integral das mensagens, as pessoas diretamente atingidas, a data exata de cada episódio ou as expressões concretas que teriam caracterizado a suposta infração.

No contexto fático indicado nos autos, a comunicação relacionou-se a serviço de manutenção realizado em unidade escolar. O investigado teria executado serviço elétrico, tendo surgido questionamento acerca da forma como determinada tomada teria sido instalada ou deixada. A diretora da unidade encaminhou comunicação sobre o serviço à chefia do servidor, e essa comunicação teria sido posteriormente repassada ao investigado. A partir desse encaminhamento, formou-se o episódio de desentendimento que motivou a reunião posteriormente registrada na Ata nº 057/2025.

Ao tomar conhecimento da mensagem, o servidor dirigiu-se à unidade escolar para esclarecimentos. A informante Rosa Pedro Moreli Leite declarou que Jonathan a confundiu com a diretora e perguntou se havia sido ela quem encaminhara a mensagem. Segundo a informante, o servidor estava alterado, mas não houve desacato direto nesse primeiro contato. Posteriormente, ocorreu reunião na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com a presença de servidores e integrantes da chefia, para tratar do episódio.

A respeito dessa reunião, Elenice Aparecida Pires Saraiva afirmou que os ânimos ficaram exaltados e que a reunião foi encerrada para evitar o agravamento da discussão. Relatou, porém, não se recordar precisamente das palavras utilizadas. Rosa afirmou que o investigado teria dito que os demais servidores se consideravam melhores do que ele, mas também reconheceu que a situação pode ter decorrido de falha de comunicação e que a própria forma de encaminhamento da mensagem contribuiu para o conflito. Daniele Cristine Talar Pinto declarou que o servidor sempre executara adequadamente os serviços e que o episódio aparentava decorrer de um mal-entendido. Eliane da Silva Ferreira não presenciou diretamente a discussão e informou que, nos contatos profissionais que manteve com Jonathan, ele sempre foi respeitoso e atendia às solicitações recebidas.

Assim, a prova revela a existência de um episódio isolado de desentendimento, relacionado a uma comunicação sobre serviço de manutenção, seguido de discussão entre os envolvidos. Não demonstra, contudo, de forma precisa, quais palavras foram proferidas, contra quem foram dirigidas, se houve intenção de ofender ou se a conduta ultrapassou os limites de uma discussão pontual. Também não comprova, de modo autônomo, que tenha ocorrido dano ao patrimônio público ou execução negligente do serviço.

Concluída a instrução, a Comissão Administrativa Disciplinar Permanente apresentou relatório final, no qual reconheceu a existência de conflito pontual e falha de comunicação, mas concluiu pela insuficiência de provas para demonstrar, de forma segura e individualizada, a prática de infração disciplinar punível.

Registra-se, ainda, fato superveniente relevante para o julgamento: o investigado foi exonerado do serviço público por meio do Decreto Municipal nº 780/2026, por exoneração a pedido. A exoneração decorrente de manifestação de vontade do servidor não representa, por si só, reconhecimento de infração, punição ou juízo de culpabilidade.

Consta, ainda, que o investigado não compareceu ao ato de interrogatório designado no curso do processo administrativo disciplinar. Essa circunstância deve ser registrada como elemento do trâmite processual, mas não pode ser interpretada automaticamente como confissão, reconhecimento da prática dos fatos ou renúncia ao direito de defesa. A ausência ao interrogatório não dispensa a Administração de examinar objetivamente as provas produzidas e de demonstrar a materialidade, a autoria e o enquadramento disciplinar da conduta.

É o relatório.

**II FUNDAMENTAÇÃO**

A decisão administrativa deve observar a legalidade, o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa, a motivação, a proporcionalidade e a necessária correspondência entre a conduta comprovada e o dever funcional supostamente violado, conforme o regime disciplinar aplicável do Município de Jaguariaíva.

Examinados os autos e o relatório da Comissão, verifica-se que os depoimentos colhidos não são uniformes quanto à dinâmica dos fatos, às expressões utilizadas e à existência de ofensa pessoal direta praticada pelo investigado. A única narrativa direta de possível ofensa está relacionada à reunião realizada após o conflito, mas não há uniformidade sobre as palavras efetivamente pronunciadas, nem demonstração segura de que tenham sido dirigidas com intenção deliberada de humilhar, desacatar ou desrespeitar servidor determinado.

A prova testemunhal também contém elementos favoráveis ao investigado. Daniele Cristine Talar Pinto afirmou que Jonathan sempre desempenhou adequadamente suas funções e que o episódio decorreu de possível falha de comunicação. Rosa Pedro Moreli Leite declarou que não foi desacatada no primeiro contato e atribuiu parte relevante do conflito à forma como a mensagem sobre o serviço foi repassada. Eliane da Silva Ferreira não presenciou diretamente os fatos e confirmou que, nos contatos profissionais, o servidor mantinha comportamento respeitoso. Elenice Aparecida Pires Saraiva confirmou a alteração dos ânimos, mas não conseguiu especificar as expressões utilizadas.

A insuficiência não é apenas quantitativa, mas qualitativa: os elementos disponíveis não permitem individualizar, com segurança, uma conduta disciplinar típica. Não se pode converter a existência de uma discussão, por si só, em prova de infração funcional punível, especialmente quando os próprios relatos indicam a participação de mais de uma pessoa na alteração dos ânimos e a ocorrência de falha de comunicação anterior. A testemunha Rosa afirmou que, no contato ocorrido na unidade escolar, não houve desacato direto. As demais testemunhas relataram alteração dos ânimos e possível falha de comunicação, sem confirmar, de modo convergente, a prática de infração disciplinar grave.

Também não foi demonstrada, com segurança suficiente, a ocorrência de dano ao patrimônio público, fraude, má-fé, recusa injustificada à execução do serviço ou negligência funcional relacionada à atividade técnica desempenhada pelo servidor. A controvérsia sobre a execução de serviço de manutenção não permite, por si só, concluir pela ocorrência de infração disciplinar.

A responsabilização administrativa não pode ser baseada em afirmações genéricas de desrespeito ou incompatibilidade com o ambiente de trabalho. É necessária a demonstração objetiva da conduta, de sua autoria, do elemento subjetivo juridicamente relevante e do enquadramento no dispositivo disciplinar aplicável.

Quanto ao não comparecimento ao interrogatório, a ausência do investigado não produz, por si só, efeito de confissão ficta ou presunção de veracidade da imputação. Todavia, se o investigado foi regularmente intimado, teve ciência do ato e não apresentou justificativa idônea, a não realização do interrogatório não implica nulidade automática do processo, especialmente quando lhe foram asseguradas outras oportunidades de defesa e não foi demonstrado prejuízo concreto.

O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que a falta de interrogatório não macula o processo administrativo disciplinar quando o acusado foi intimado e não compareceu por sua própria conduta, desde que preservadas as garantias do contraditório e da ampla defesa. No mesmo sentido, a Corte afasta a nulidade quando houver oportunidades de comparecimento e a defesa não demonstra prejuízo efetivo. MS nº 25.141/DF, Primeira Seção, julgamento em 08/06/2022 e publicação em 27/06/2022.

> MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. NULIDADE PARCIAL DO PAD QUANTO A OUTRO SERVIDOR. REABERTURA DA INSTRUÇÃO. AUSÊNCIA E FATOS NOVOS QUANTO AO IMPETRANTE. REALIZAÇÃO DE NOVO INTERROGATÓRIO. DESNECESSIDADE. OPORTUNIDADE CONCEDIDA. NÃO COMPARECIMENTO. DEVIDO PROCESSO LEGAL ADMINISTRATIVO ATENDIDO. INCIDENTE DE SANIDADE MENTAL. INEXISTÊNCIA DE DÚVIDA RAZOÁVEL. PRESCINDIBILIDADE DE SUA INSTAURAÇÃO. INDEFERIMENTO DE PROVA TESTEMUNHAL. DESNECESSIDADE DA PROVA. AUSÊNCIA INJUSTIFICADA DE COMPARECIMENTO. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO. HISTÓRICO DA DEMANDA 1. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado contra ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública consubstanciado na Portaria 244, de 19 dezembro de 2018, editada com fundamento nos arts. 132, caput, IV, XI, XIII, da Lei 8.112/1990, que determinou a demissão do impetrante, policial rodoviário federal, por transgressão das infrações disciplinares descritas nos arts. 117, IX, 132, IV e XI, da Lei 8.112/1990. 2. No mérito, pede a concessão de segurança para que se anule o aludido processo disciplinar, bem como para que seja o impetrante reintegrado no cargo de policial rodoviário federal e para que se efetue o pagamento dos subsídios não pagos em virtude de seu afastamento. HISTÓRICO DO PAD 3. Consoante se extrai do exame dos autos, trata-se de Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria 385, de 31 de janeiro de 2011, do Superintendente Regional Substituto em Pernambuco, após ofício da 4ª Vara Criminal Federal de Pernambuco, contra vários policiais rodoviários federais, entre os quais o impetrante e Ecivaldo Pereira de Oliveira. Busca-se apurar irregularidades relativas ao recebimento de propina, corrupção e improbidade administrativa. 4. Com base no ofício do juízo e em provas e elementos de informação carreadas, a título de prova empresteda (interceptações telefônicas, termos de declarações, perícias etc.), teve início a apuração de possíveis infrações disciplinares descobertas no bojo da Operação Boa Viagem, investigação policial conduzida pela Polícia Federal, com o apoio institucional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), que objetivou reprimir o cometimento de diversas infrações penais praticadas por servidores desse órgão e também por empresários, principalmente crimes contra a administração pública, tais como concussão, corrupção ativa e passiva, prevaricação, advocacia administrativa, violação de sigilo funcional e outros delitos de naturezas diversas, relacionados à atividade-fim da Polícia Rodoviária Federal. 5. A comissão processante, após reunir várias provas, ouvir mais de duas dezenas de testemunhas e realizar o interrogatório dos servidores acusados, inclusive o do impetrante, o indiciou juntamente com outros servidores, entre os quais Ecivaldo Pereira de Oliveria (fls. 3471-3493). 6. Depois de analisar as provas colhidas e as defesas escritas apresentadas, foi exarado relatório final em que se concluiu que o impetrante, Ecivaldo Pereira de Oliveria e demais servidores infringiram os arts. 116, I e III, 117, IX e XIII, e 132, IV e XII, da Lei 8.112/90. 7. Encaminhou-se o feito à Corregedoria Regional de Polícia Rodoviária Federal. Esta, em virtude de ter opinado pela aplicação de penalidade de demissão ao impetrante e Ecivaldo Pereira de Oliveira, remeteu o processo à Corregedoria Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, que o enviou ao Ministério da Segurança Pública. A Consultoria Jurídica da Advocacia Geral da União opinou pela anulação do processo para realizar novo incidente de sanidade mental de Ecivaldo Pereira de Oliveria, com participação de médico psiquiatra e abertura de vistas aos investigados, o que foi acatado pelo Ministério. 8. O processo foi reinstaurado pela Portaria 141, de 6 de maio, de 2014 (fls. 4442). 9. A nova comissão processante notificou os acusados da reabertura do processo e concedeu prazo para produzir novas provas. 10. Foi realizado incidente de insanidade mental em Ecivaldo Pereira de oliveira, bem como novos interrogatórios, mas o impetrante não compareceu ao seu (fls. 4765), além de terem sido ouvidas testemunhas. 11. A comissão processante novamente concluiu que o impetrante, Ecivaldo Pereira de Oliveria e demais servidores infringiram os arts. 117, IX, 132, IV, XI, da Lei 8.112/90, indiciando-os, mais uma vez (fls. 5012-5029). 12. O impetrante e outros servidores apresentaram defesa escrita. 13. O processo foi encaminhado à Corregedoria Regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, que opinou pela aplicação da penalidade de demissão ao impetrante e Ecivaldo Pereira de Oliveira, tendo remetido o feito, mais uma vez, à Corregedoria Geral do Departamento da Polícia Rodoviária Federal e o direcionou ao Ministério da Justiça. Foi então aplicada a pena de demissão TESES VEICULADAS NO MANDAMUS 14. O impetrante afirma haver nulidade do processo administrativo disciplinar que resultou em sua demissão pelos seguintes motivos: a) ausência de realização de novo interrogatório dele, após anulação parcial do processo; b) inexistência de exame de sanidade mental e impossibilidade de acompanhar os atos instrutórios do procedimento disciplinar por ser portador de doença mental; e c) falta de depoimento de testemunha arrolada tempestivamente. Alega cerceamento de defesa porque, após anulação parcial do processo, por nulidade relacionada com outro servidor indiciado no mesmo procedimento (Ecivaldo Pereira de Oliveria), seria imprescindível novo interrogatório dele, com realização de exame de sanidade mental. Aduz que, em razão de sua testemunha estar impossibilitada de comparecimento no dia de seu depoimento, deveria ter sido deferida nova data. CABAL COMPROVAÇÃO DAS CONDUTAS IMPUTADAS AO RECORRENTE PELAS PROVAS COLIGIDAS NO PAD 15. O exame apurado dos autos permite concluir que a condenação do impetrante amparou-se em vasto material probatório colhido em processo administrativo disciplinar no qual se assegurou a ampla defesa e o contraditório, com apresentação de defesa escrita com participação de seu advogado nos atos que lhe interessavam. 16. O relatório final foi bem elaborado com base em diversas provas como inquérito policial, peças apresentadas em ações penais relativas aos mesmos fatos, laudos e relatórios referentes às empresas envolvidas no esquema de corrupção, documentos apreeendidos nas empresas privadas que indicam pagamento em favor dos acusados, interceptações telefônicas gravadas, oitivas dos investigados realizadas pela Polícia Federal, depoimentos testemunhais, interrogatórios dos acusados, defesas escritas apresentadas, entre outros. DESNECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVO INTERROGATÓRIO DO IMPETRANTE, APÓS ANULAÇÃO PARCIAL DO PROCESSO - EXISTÊNCIA DE INTERROGATÓRIO ANTERIOR - APROVEITAMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS NÃO ATINGIDOS PELA NULIDADE 17. O impetrante foi devidamente interrogado, conforme indicado nos autos (fls. 2888-2891, quando dos trabalhos da primeira comissão. 18. Embora o impetrante não questione a validade do primeiro interrogatório, insurgindo-se apenas quanto à não renovação do ato, após a reinstauração do procedimento, por nulidade relacionada a outro investigado, cabe ressaltar que o Superior Tribunal de Justiça entende que a nulidade do procedimento administrativo disciplinar não afeta os atos não relacionados a tal invalidade. Nesse sentido: MS 21.827/DF, Rel. Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 31/5/2017. PRESCINDIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVO INTERROGATÓRIO ANTE A AUSÊNCIA DE INOVAÇÃO DE FATO RELACIONADO AO IMPETRANTE 19. Apesar de ter sido reaberta a instrução em decorrência da anulação parcial já mencionada, e em que pese tenham sido praticados novos atos, não houve inovação quanto a qualquer fato relacionado ao impetrante, tanto é que ele não demonstra como as novas oitivas testemunhais influiriam em sua situação. Incogitável, portanto, cerceamento de defesa pelo indeferimento de novo interrogatório, o qual apenas acarretaria desnecessária e indevida protelação do PAD para a colheita de um segundo depoimento, máxime em razão de a comissão já contar com o depoimento do autor. 20. Nesse sentido, elucidativas as explicações da comissão processante: "Primeiro cumpre esclarecer que o acusado Otaviano foi devidamente interrogado, conforme se conclui pelo Termo de fls. 693/696, colhido quando dos trabalhos da primeira comissão. Porém, reaberta a instrução em decorrência da anulação parcial já abordada, novos atos foram praticados. Entretanto, nada de novo foi colacionado ao processo que dissesse respeito ao acusado Otaviano. As duas testemunhas que foram ouvidas (Fabiano e Rogério) apenas trouxeram novas informações acerca das condutas de Ecivaldo. Desta forma, um novo interrogatório torna-se totalmente dispensável ante a inexistência de qualquer questão nova surgida após aquele primeiro interrogatório. Apenas por não poder antever quais fatos surgiram dos depoimentos das testemunhas indicadas por Otaviano é que a comissão entendeu por já agendar um novo interrogatório para ele. Porém, nenhuma das duas testemunhas indicadas por ele compareceram ao processo, o que impõe a total desnecessidade daquele ato. Desta forma, como este acusado já fora devidamente interrogado dos fatos que lhe dizem respeito (Termo de fls. 693/696), não há qualquer nulidade a ser declarada". 21. Assim, era plenamente dispensável outro interrogatório, diante da manutenção do quadro do impetrante. Com essa compreensão já decidiu o Superior Tribunal de Justiça em casos similares, mutatis mutandis: AgInt no MS 22.528/DF, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Seção, DJe 14/6/2019 e MS 21.985/DF, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, DJe 19/5/2017. PRESCINDIBILIDADE DE NOVO INTERROGATÓRIO. ANTERIOR OPORTUNIDADE CONCEDIDA SEM QUE O IMPETRANTE COMPARECESSE. ATESTADO E LAUDO MÉDICOS QUE SE LIMITAM A APONTAR INCAPACIDADE LABORATIVA SEM EVIDENCIAR INDÍCIO DE INCAPACIDADE MENTAL 22. Além disso, faculteram-se ao impetrante novos interrogatórios, em 5.10.2017; 25.10.2017, aos quais, contudo, ele não compareceu (fls. 4765 e 4984). Cumpre frisar, nesse ponto, que os laudos de incapacidade laborativa e o atestados médico (fls. 4730 e 4987-4988) apresentados pelo impetrante como justificativa para sua ausência ao referido ato processual apenas indicam o afastamento do servidor das atividades laborativas, não demonstrando a incapacidade para defender-se no presente processo, nem impossibilidade de comparecer aos atos realizados pela comissão processante. 23. De fato, o documento de fls. 4731, datado de abril de 2017, apenas aponta a concessão de licença para tratamento de saúde sem sequer explicitar qual seria a moléstia que acometeria o impetrante. 24. O atestado de fl. 4987-4988, por sua vez, que indica que o impetrante estaria acometido pelo CID-F43 relativo a reações ao stress, o que, por si só, não coloca em dúvida a capacidade mental do impetrante. Na realidade o atestado e a avaliação foram realizados para fins de indicação de prorrogação ou não de licença-saúde, consoante se lê do referido documento. 25. De fato, a comissão processante, ao indeferir o pedido de remarcação de novo interrogatório, consignou: "Quanto ao último pedido formulado, de remarcação de interrogatório do acusado OTAVIANO (SEI 8801347), que novamente ausentou-se nesta data, a Comissão INDEFERE o pleito. Conforme termo de não comparecimento anterior de OTAVIANO (SEI 6203145), o atestado médico apresentado (SEI 8801411 e 8801430) só prevê o afastamento do servidor das atividades laborativas, não sendo razão para afastar a capacidade de defender-se no presente processo e de comparecer aos atos realizados pela Comissão. Além do que nenhum prejuízo trará ao acusado ante o fato de que, nesta nova instrução, nada foi produzido que lhe dissesse respeito. Por outro lado, os fatos ligados a este acusado já foram objeto de contestação quando o PRF Otaviano fora interrogado pelo colegiado anterior, conforme documento de fls. 693/696". (fls. 4737 e 4989). 26. O Superior Tribunal de Justiça entende não haver nulidade ou prejuízo quando o interrogatório não ocorre por ato do próprio interessado. Na mesma linha: MS 21.193/DF, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Seção, DJe 3/10/2018 e MS 21.660/DF, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Rel. p/ Acórdão Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 20/11/2017. PRESCINDIBILIDADE DO EXAME DE SANIDADE MENTAL - AUSÊNCIA DE DÚVIDA QUANTO À PLENA CAPACIDADE DO IMPETRANTE PARA ACOMPANHAR O PAD E EXERCER DEFESA QUE JUSTIFIQUE SUA INSTAURAÇÃO. JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA 27. No tocante à inexistência de realização de exame de sanidade mental do impetrante, conforme dispõe o art. 160 da Lei 8.112/90, não se vislumbrou a existência efetiva de elementos que coloquem em dúvida a capacidade mental do impetrante, evidenciado que a instauração desse exame tem apenas caráter protelatório. 28. Consoante se extrai da análise dos autos, o impetrante, representado por advogado, participou ativamente de todas as fases processuais, solicitou produção de provas, alegou irregularidades, que foram refutadas pela Comissão. Não subsistiu motivo que suscitasse dúvida sobre sua sanidade apto a justificar a instauração de incidente. 29. Os supostos problemas de saúde do impetrante apenas foram levantados pelo advogado constituído pelo acusado, após refutar as acusações do cometimento de irregularidades imputadas ao impetrante, genericamente para justificar novo interrogatório, apresentando atestados médicos que indicam condições para o deferimento de licença médica para atividades laborais, não pondo em dúvida a capacidade mental do impetrante. 30. A jurisprudência do Superior Tribunal de justiça pacífico o entendimento de que a instauração de incidente de sanidade mental é intrinsecamente relacionada à fundada dúvida da comissão disciplinar acerca da sanidade mental do servidor, dispensando-se sua realização, nos termos do art. 160 da Lei 8.112/1990, quando não há tal dúvida, como é o caso dos autos. Precedentes: AgInt no RMS 44.843/RJ, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Seção, DJe 29/11/2017; MS 16.038/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 18/11/2011 e MS 11.093/DF, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Terceira Seção, DJe 2/6/2015. INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE OITIVA DE TESTEMUNHA - AUSÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA 31. Diversamente do que sustenta o impetrante, não há cerceamento de defesa pela inexistência de oitiva da testemunha Jackellyne. Conforme se extrai do conjunto probatório, seu depoimento era de todo suprimível para elucidar os fatos. Ora, o pedido para sua oitiva somente ocorreu após a anulação parcial do processo. Tanto na apuração anterior, quanto na Ação Penal em que o impetrante foi condenado em primeiro grau, não se requereu que ela fosse ouvida, mesmo sendo ela conhecida pelo defendente desde o início. 32. Além disso, não obstante cabalmente demonstrada nos autos a desnecessidade do depoimento da citada testemunha, ela foi intimada duas vezes para comparecer na comissão, mas não o fez. Na primeira oportunidade, nada justificou quanto à sua ausência; na segunda, apresentou atestado odontológico (fls. 4986). 33. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça compreende que, havendo robusto conjunto probatório, é possível dispensar testemunhas sem que haja nulidade no processo. Confira-se: MS 18.761/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 1º/7/2019. 34. Ressalte-se, por fim, que, apesar de o impetrante enfatizar a importância da oitiva da testemunha não ouvida no processo disciplinar, não se apresentaram argumentos convincentes que comprovem o alegado prejuízo de sua ausência no processo. Sem efetiva comprovação de prejuízo à defesa, aplica-se o princípio pas de nullité sans grief. Na mesma linha: MS 17.517/DF, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, DJe 18/2/2020 e MS 24.126/DF, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Seção, DJe 17/12/2019 CONCLUSÃO 35. Segurança Denegada.
>
> (STJ - MS: 25141 DF 2019/0105737-2, Data de Julgamento: 08/06/2022, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 27/06/2022)

É necessário, ainda, distinguir exoneração de demissão. A demissão possui natureza punitiva e decorre da prática de infração funcional cuja materialidade e autoria tenham sido comprovadas em processo regular. A exoneração, por sua vez, não constitui penalidade disciplinar destinada a substituir a demissão nem pode ser utilizada como consequência indireta de uma imputação não comprovada.

O Tribunal de Justiça do Paraná reconhece que a demissão é ato de caráter punitivo, enquanto a exoneração decorre de pressupostos diversos, relacionados ao interesse do servidor ou da Administração, não podendo um instituto substituir o outro. Apelação Cível nº 1.414.739-39.2017.8.16.0026, 5ª Câmara Cível, julgamento em 03/05/2021 e publicação em 10/05/2021.

> EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO CUMULADA COM REINTEGRAÇÃO E INDENIZAÇÃO. EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL (ART. 2º, § 4º, LEI Nº 12.153/2009). COMPETÊNCIA EXCEPCIONADA PELO ART. 2, § 1º, III, DA LEI Nº 12.153/2009 PARA PENA DE DEMISSÃO. E NÃO ATO DE EXONERAÇÃO. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA RECONHECIDA DE OFÍCIO. RECURSO PREJUDICADO. - A demissão é apenas uma das formas que ensejam a extinção do vínculo entre o Estado e o servidor público, sendo caracterizada pelo fato de decorrer de um ato de caráter punitivo, representando uma penalidade aplicada ao servidor em razão de infração.- Versando o caso sobre anulação de ato de exoneração, não se insere na hipótese do inciso III do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.429/92, que dispõe que não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares. (TJPR - 5ª C.Cível - 0014147-39.2017.8.16.0026 - Campo Largo - Rel.: DESEMBARGADOR CARLOS MANSUR ARIDA - J. 03.05.2021)
>
> (TJ-PR - APL: 00141473920178160026 Campo Largo 0014147-39.2017.8.16.0026 (Acórdão), Relator: Carlos Mansur Arida, Data de Julgamento: 03/05/2021, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 10/05/2021)

No presente caso, o investigado ocupava cargo efetivo e o processo foi instaurado para apurar possível infração disciplinar. Sobreveio, entretanto, o Decreto Municipal nº 780/2026, que formalizou sua exoneração a pedido. Esse ato administrativo possui causa própria e não se confunde com a responsabilização disciplinar examinada neste processo.

A exoneração a pedido não substitui eventual penalidade de demissão, não constitui sanção e não autoriza presumir que o servidor tenha praticado a conduta investigada. Do mesmo modo, a existência do PAD não transforma o pedido de exoneração em pedido de demissão nem permite converter, posteriormente, o desligamento voluntário em penalidade disciplinar sem previsão legal específica, motivação própria e observância do contraditório.

Assim, a exoneração já efetivada deve ser apenas registrada como fato superveniente, sem ser utilizada como fundamento para afirmar a responsabilidade do investigado. A decisão deste processo deve permanecer limitada à análise da materialidade, autoria e suficiência probatória da infração disciplinar imputada.

A continuidade da instrução processual após o pedido de exoneração mostrou-se adequada, pois os fatos investigados teriam ocorrido durante o período em que o servidor mantinha vínculo funcional com o Município. O pedido de desligamento não apaga os fatos anteriores nem impede, por si só, que a Administração conclua a apuração destinada a verificar eventual responsabilidade funcional.

Quanto à perda do objeto, ela deve ser reconhecida de forma delimitada. A exoneração a pedido pode retirar o objeto prático do processo quanto à aplicação de medidas relacionadas à permanência atual do servidor no cargo, à organização da prestação funcional futura ou à imposição de efeitos próprios de um vínculo que já foi encerrado. Contudo, não se deve afirmar que o simples desligamento extingue automaticamente o dever de julgamento ou impede a apuração de eventual falta praticada durante o exercício do cargo. O Superior Tribunal de Justiça já assentou que a perda da condição de servidor não elimina, por si só, a obrigação da Administração de apurar irregularidades praticadas no exercício da função. AgInt no RMS nº 59.977/MS, Primeira Turma, julgamento em 17/04/2023 e publicação em 20/04/2023.

> PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DEVOLUTIVIDADE AMPLA. INOVAÇÃO DA CAUSA DE PEDIR. IMPOSSIBILIDADE. TITULAR DE SERVENTIA NOTARIAL E DE REGISTRO. AGENTE PÚBLICO. IRREGULARIDADES. OBRIGATORIEDADE DE APURAÇÃO. RENÚNCIA. PERDA DE OBJETO. AUSÊNCIA. OITIVA DE TESTEMUNHAS. DISPENSA. POSSIBILIDADE. NEGATIVA DE JUNTADA DE DOCUMENTOS. SUFICIENTE CONJUNTO PROBATÓRIO. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. LEGISLAÇÃO LOCAL. LACUNA. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DE LEI FEDERAL. INTIMAÇÃO PARA INTERROGATÓRIO. PRAZO LEGAL. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO. FALTA OU IRREGULARIDADE. SUPRIMENTO. PREJUÍZO. NÃO COMPROVAÇÃO. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. Ao recurso ordinário em mandado de segurança são aplicáveis as regras processuais relativas à apelação - princípio da devolutividade ampla -, bem como possível examinar, com amplitude, os temas suscitados no recurso ordinário, à exceção daqueles que constituam verdadeira inovação da causa de pedir. 2. Consoante o entendimento do STF, os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, sendo certo que os tabeliães e registradores oficiais são particulares em colaboração com o poder público que exercem suas atividades in nomine do Estado, com lastro em delegação prescrita expressamente no tecido constitucional (art. 236, CRFB/1988), de modo que, por exercerem um feixe de competências estatais, os titulares de serventias extrajudiciais qualificam-se como agentes públicos. 3. Consoante o entendimento do STJ, o fato de o indiciado em processo administrativo disciplinar não mais ostentar a condição de servidor público não elide a obrigação da Administração de apurar as irregularidades por ele praticadas quando do exercício de suas funções relativas ao cargo ocupado. 4. Hipótese em que, conquanto o impetrante não seja servidor público, a sua renúncia ao cargo de Delegatário de Serviço Notarial e Registral não afasta o dever da Administração Pública de apurar supostos ilícitos administrativos, não havendo falar em perda do objeto do processo disciplinar e impossibilidade de enquadramento das condutas na respectiva penalidade. 5. De acordo com a jurisprudência do STJ, não há nulidade na dispensa pela Comissão Processante da oitiva das testemunhas ou no indeferimento de juntada de documentos quando suficiente o conjunto probatório, bem como quando desnecessários para a análise das questões objeto do processo disciplinar. 6. Sendo silente a legislação local acerca do prazo a ser observado para a notificação do acusado em processo administrativo disciplinar, aplica-se o prazo previsto na Lei n. 9.784/1999.Precedentes. 7. Conquanto seja expressa na Lei n. 9.784/1999 a determinação de que o acusado, no processo administrativo disciplinar, deve ser intimado pessoalmente para o ato de interrogatório, com a antecedência mínima de três dias úteis da data de comparecimento, é certo, também, que o comparecimento do administrado supre a sua falta ou a irregularidade na intimação (arts. 26, §§ 2º e 5º e 41). 8. Hipótese em que, comparecendo o acusado ao ato de interrogatório acompanhado de advogado e não tendo suscitado a nulidade na ocasião, nem comprovado o prejuízo, não há nulidade a ser declarada. 9. É inviável a análise de alegações que não foram suscitadas nas razões do recurso ordinário, por tratar de indevida inovação recursal. 10. Agravo interno desprovido.
>
> (STJ - AgInt no RMS: 59977 MS 2019/0033898-7, Relator: Ministro GURGEL DE FARIA, Data de Julgamento: 17/04/2023, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 20/04/2023)

Portanto, no presente caso, reconhece-se a perda superveniente e parcial do objeto quanto à produção de efeitos funcionais próprios da relação ativa, mas mantém-se a necessidade de conclusão formal do processo, inclusive para afastar ou reconhecer a responsabilidade disciplinar. Como a prova não demonstrou de forma segura a prática de falta funcional punível, a conclusão adequada é o arquivamento sem aplicação de penalidade, e não o encerramento sem análise do mérito.

O Tribunal de Justiça do Paraná também reconhece que a sanção disciplinar deve guardar proporcionalidade com a gravidade da conduta efetivamente comprovada, não sendo válida a punição baseada em enquadramento excessivo ou em prova insuficiente. Apelação Cível nº 1.029.152-2, 5ª Câmara Cível, julgamento em 08/10/2013 e publicação em 05/11/2013.

> APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO JURÍDICO - SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - SANÇÃO DISCIPLINAR DESPROPORCIONAL - CONTROLE JUDICIAL - POSSIBILIDADE - PUNIÇÃO DISCIPLINAR ANULADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. No ato administrativo que impõe sanção disciplinar, o princípio da proporcionalidade deve ser observado pela autoridade administrativa, como forma de garantia da própria legalidade da decisão. (TJPR - 5ª C.Cível - AC - 1029152-2 - Curitiba - Rel.: Desembargador Paulo Roberto Hapner - Por maioria - J. 08.10.2013)
>
> (TJ-PR - APL: 10291522 PR 1029152-2 (Acórdão), Relator: Desembargador Paulo Roberto Hapner, Data de Julgamento: 08/10/2013, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1221 05/11/2013)

No caso concreto, a prova produzida demonstra situação de desentendimento e comunicação inadequada, mas não alcança o grau de certeza necessário para fundamentar a aplicação de advertência, suspensão ou outra penalidade disciplinar prevista na Lei Municipal nº 2.155/2010. A dúvida relevante quanto à materialidade da infração deve ser solucionada em favor do não sancionamento do servidor.

**III DISPOSITIVO**

Diante do exposto, acolho a conclusão do relatório final da Comissão Administrativa Disciplinar Permanente e, com fundamento na legislação municipal aplicável ao Processo Administrativo Disciplinar, especialmente na Lei Municipal nº 2.155/2010:

1. reconheço a insuficiência de provas para comprovar a prática, por Jonathan Donato Ramos da Silva, de infração disciplinar passível de punição;

2. reconheço a perda superveniente e parcial do objeto quanto à produção de efeitos funcionais próprios da permanência do servidor no cargo, em razão da exoneração a pedido formalizada pelo Decreto Municipal nº 780/2026, sem que isso dispense a conclusão da apuração quanto aos fatos ocorridos durante o vínculo;

3. no mérito, acolho a conclusão da Comissão quanto à insuficiência probatória e determino o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar nº 12.578/2025, sem aplicação de penalidade disciplinar;

4. determino que sejam realizadas as anotações administrativas cabíveis, registrando-se a exoneração como desligamento a pedido e sem anotação de penalidade disciplinar decorrente deste processo;

5. determino a ciência do servidor e da Comissão Administrativa Disciplinar Permanente;

6. recomendo à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, se entender pertinente, a adoção de medidas administrativas de orientação funcional e aprimoramento dos fluxos de comunicação e da cadeia hierárquica, sem caráter punitivo.

Publique-se, registre-se, notifique-se e, após o cumprimento das providências cabíveis, arquivem-se os autos.

Jaguariaíva, 23 de outubro de 2026.

**JOSÉ SLOBODA**

**PREFEITO**

# SEMEC

**MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA**
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PNAB

**DECISÃO Nº 02/2026 – RECURSO ADMINISTRATIVO**
**Aditamento às razões recursais, pedidos de acesso a documentos e intimação para contrarrazões**

**Procedimento:** Edital de Chamamento Público nº 01/2026 – PNAB (Produção de Documentário sobre o Município de Jaguariaíva)
**Recorrente:** I Marcon Comunicação Multimídia Ltda. – CNPJ nº 10.404.065/0001-56
**Interessada:** MKT Gutierrez Comunicação Ltda. – CNPJ nº 13.414.687/0001-53
**Peça analisada:** Aditamento às razões do recurso administrativo, datado de 09/10/2026

**1. RELATÓRIO**

1.1. Pela Decisão nº 01/2026, a Comissão de Seleção conheceu do recurso, disponibilizou à Recorrente as fichas de avaliação de sua proposta e da primeira colocada e concedeu prazo de 3 (três) dias úteis para aditamento das razões recursais.

1.2. A Recorrente apresentou aditamento, no qual: (a) requer a identificação da assessoria técnica especializada e os documentos de sua contratação, da indicação e da designação dos pareceristas; (b) requer os currículos dos pareceristas e o ato de verificação de sua qualificação; (c) requer esclarecimentos individualizados dos pareceristas sobre os critérios I a VIII, a tabela "Faixa x Nota", o critério VII e o critério VIII, inclusive quanto à audiodescrição; (d) requer acesso à proposta original da primeira colocada; e (e) requer novo prazo de 3 (três) dias úteis para manifestação sobre os documentos que vierem a ser fornecidos.

**2. DA TEMPESTIVIDADE DO ADITAMENTO**

2.1. A Decisão nº 01/2026 e os documentos nela referidos foram encaminhados à Recorrente por meio eletrônico em 07/10/2026. Excluído o dia do início e considerado o feriado nacional de 12/10/2026, o prazo de 3 (três) dias úteis compreendeu os dias 08, 09 e 13/10/2026. O aditamento foi recebido em 09/10/2026. **O aditamento é tempestivo** e será examinado no julgamento do recurso.

**3. DOS PEDIDOS DE ACESSO A DOCUMENTOS**

3.1. **Fundamento.** A Lei Federal nº 12.527/2011 assegura o acesso a informações e documentos produzidos ou custodiados pela Administração, inclusive aos utilizados como fundamento de ato decisório (art. 7º, § 3º), ressalvados os dados pessoais e as hipóteses legais de restrição (arts. 7º, § 2º, e 31). A mesma lei não obriga a Administração a produzir documento ou informação inexistente, nem a elaborar análises ou consolidações não disponíveis (art. 11, § 1º, III, e, por analogia, Decreto Federal nº 7.724/2012, art. 13, III).

3.2. **Assessoria técnica especializada e pareceristas.** Defere-se o acesso aos seguintes documentos, que integram os registros do Município:

a) identificação da assessoria técnica especializada contratada: **RUNA ASSESSORIA E CONSULTORIA** (anteriormente denominada THAIS C FAVERO ASSESSORIA E CONSULTORIA), **CNPJ nº 52.967.169/0001-19**;

b) processo administrativo nº **31/2026** e ato que formalizou a contratação **(Dispensa Eletrônica nº 09/2026)**, com o respectivo extrato, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município em 24/06/2026 (Edição nº 1063);

c) Contrato nº 140/2026;

d) indicação dos pareceristas encaminhada pela assessoria ao Município por mensagem eletrônica em 28/07/2026, registrada no processo pelo Ofício nº 01/2026, da assessoria técnica, acompanhado dos portfólios profissionais dos pareceristas;

e) Decreto Municipal nº 787/2026, que designou os pareceristas como Comissão de Seleção e ratificou os atos por eles praticados, com a respectiva publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município (Edição nº 1111, de 23/10/2026);

f) portfólios profissionais dos três pareceristas encaminhados com a indicação e os registros profissionais e certificados que os acompanham, preservadas as informações sobre formação e experiência profissional. Serão excluídos ou tarjados os dados pessoais (documentos, endereços, telefones e e-mails particulares), as informações pessoais relativas a familiares e as imagens de terceiros, inclusive de crianças e adolescentes, que não guardam relação com a qualificação profissional (Lei nº 12.527/2011, art. 31; Lei nº 13.709/2018, art. 14).

3.3. **Ato de verificação da qualificação dos pareceristas.** O Edital exige que os pareceristas possuam experiência e conhecimento compatíveis (item 6.3), mas não prevê ato ou registro específico de verificação. A qualificação foi aferida na indicação pela assessoria contratada, com base nos portfólios, registros profissionais e certificados referidos no item 3.2, "f", e está registrada nos considerandos do Decreto Municipal nº 787/2026, que designou os pareceristas. Não existe outro ato ou registro específico de verificação, e a Lei nº 12.527/2011 não obriga a produção de documento inexistente. **Pedido atendido com a indicação do Decreto e indeferido quanto a ato diverso.**

3.4. **Proposta da primeira colocada.** Defere-se o acesso à proposta originalmente inscrita pela MKT Gutierrez Comunicação Ltda. e aos documentos considerados em sua avaliação técnica (formulário de inscrição e projeto técnico, planilha orçamentária, cronograma, plano de divulgação, medidas de acessibilidade, composição da equipe, currículos, portfólio e atestado de capacidade técnica), com fundamento no art. 7º, § 3º, da Lei nº 12.527/2011. Serão tarjados os dados pessoais de pessoas naturais (CPF, RG, endereços, telefones, e-mails particulares e dados bancários). Não houve esclarecimentos ou diligências relativos à proposta da primeira colocada após a inscrição.

3.5. Os documentos serão encaminhados ao endereço eletrônico da procuradora da Recorrente juntamente com esta decisão.

**4. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DO NOVO PRAZO**

4.1. **Esclarecimentos sobre a avaliação.** Os pedidos de esclarecimento sobre os parâmetros e fundamentos de cada critério, a tabela "Faixa x Nota", o critério VII e o critério VIII, inclusive quanto à audiodescrição, constituem razões recursais e serão enfrentados de forma motivada na decisão de julgamento do recurso, a ser proferida pela Comissão de Seleção e publicada com o resultado final (item 13.7 do Edital). O dever de motivação (Lei Federal nº 9.784/1999, art. 50) não impõe a resposta individual de cada parecerista em forma de questionário, mas a fundamentação expressa da decisão quanto a cada ponto suscitado.

4.2. **Novo prazo para manifestação. Indefere-se** o pedido de novo prazo de 3 (três) dias úteis. O Edital (item 13) e a Lei Federal nº 14.903/2024 (art. 9º) preveem prazo único para recurso, seguido de contrarrazões. A Recorrente já obteve, por liberalidade da Comissão de Seleção, prazo adicional para aditamento após o acesso às fichas de avaliação. Os documentos ora fornecidos referem-se à constituição da Comissão de Seleção e ao conteúdo da proposta concorrente, cujos elementos relevantes para a avaliação já constavam das fichas disponibilizadas pela Decisão nº 01/2026. A concessão de prazos sucessivos prolongaria indefinidamente a fase recursal, em prejuízo da conclusão do Chamamento Público.

**5. DAS CONTRARRAZÕES**

5.1. **Encerrada a fase de razões recursais, intime-se a Interessada MKT Gutierrez Comunicação Ltda.**, por meio eletrônico, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de **2 (dois) dias úteis** contados do recebimento da intimação (Lei Federal nº 14.903/2024, art. 9º), com cópia do recurso, do aditamento e desta decisão.

5.2. Findo o prazo, com ou sem contrarrazões, o recurso será julgado e a decisão publicada juntamente com o resultado final. Permanece vedada, até então, a prática de atos de habilitação ou de celebração do Termo de Execução Cultural (Decisão nº 01/2026, item 6.3).

**6. DISPOSITIVO**

Diante do exposto, a Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer decide:

**I – receber** o aditamento, que será examinado no julgamento do recurso;

**II – deferir** o acesso aos documentos relacionados nos itens 3.2 e 3.4, com tarja dos dados pessoais;

**III – indicar** o Decreto Municipal nº 787/2026 como registro da verificação da qualificação dos pareceristas e **indeferir** o pedido de ato específico diverso, por inexistente e não exigido pelo Edital (item 3.3);

**IV – indeferir** o pedido de novo prazo para manifestação (item 4.2);

**V – determinar** a intimação da MKT Gutierrez Comunicação Ltda. para contrarrazões, no prazo de 2 (dois) dias úteis;

**VI – encaminhar** esta decisão à Recorrente e à Interessada por meio eletrônico, e para publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município e no sítio eletrônico oficial.

Jaguariaíva/PR, 26 de outubro de 2026.

**HERCILIA TEIXEIRA DE MELLO**
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

---

CONSELHO MUNICIPAL DO ESPORTE - COMESP

**OFÍCIO CIRCULAR Nº 001/2026 – COMESP / SEMEC**

Jaguariaíva/PR, 14 de outubro de 2026.

**Aos Senhores(as) Conselheiros(as) do Conselho Municipal de Esporte – COMESP**

Biênio 2026–2027

**Assunto:** Convocação para a **1ª Reunião Ordinária** – Posse, Eleição da Mesa Diretora e Elaboração do Regimento Interno.

Prezados(as) Conselheiros(as),

Cumprimentando-os cordialmente, e em atenção à publicação do **Decreto Municipal nº 771/2026**, que nomeou os representantes do Poder Público e da Sociedade Civil para compor o **Conselho Municipal de Esporte – COMESP** no biênio 2026–2027, **CONVOCAMOS** todos os membros titulares e suplentes para a **1ª Reunião Oficial do Conselho**, a realizar-se no dia e horário abaixo especificados:

- **Data: Quarta-feira, 21 de outubro de 2026**
- **Horário: 15h00min**
- **Local: Ginásio de Esportes Tubunão**

A presença de todos os membros é indispensável, tendo em vista a relevância da **Pauta dos Trabalhos**:

1. **Abertura oficial e acolhida dos conselheiros nomeados;**
2. **Eleição e posse dos membros da Mesa Diretora** (*Presidente, Vice-Presidente e Secretário*);
3. **Início dos trabalhos de elaboração e discussão do Regimento Interno do COMESP;**
4. **Definição do cronograma de reuniões ordinárias para o exercício de 2026/2027;**
5. **Assuntos gerais.**

Contamos com o compromisso e a pontualidade de todos para o fortalecimento do esporte e do lazer em nosso município.

Atenciosamente,

**Hercilia Teixeira de Mello**
*Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – SEMEC*
*Prefeitura Municipal de Jaguariaíva – PR*

---

CONSELHO MUNICIPAL DO ESPORTE - COMESP

**CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE – COMESP**
**(BIÊNIO 2026–2028)**

**LISTA DE PRESENÇA – 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Data: **21 de outubro de 2026** | Horário: **15h00** | Local: **Ginásio Tubunão**

**REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:**

[X] Titular: MAURICIO MORAES CAMARGO **(SEMEC)** .....
[ ] Suplente: MARIA TEREZA M. P. DUARTE **(SEMEC)** .....
[X] Titular: ROSANGELA DE MOURA ABREU **(SEMUS)** .....
[ ] Suplente: ANELISE JULIANI DOS SANTOS **(SEMUS)** .....
[X] Titular: RAIANE SILVA DOS SANTOS MIRANDA **(SEDESMF)** .....
[ ] Suplente: VIVIANE DA SILVA PRADO **(SEDESMF)** .....
[X] Titular: NILSON FRANÇA DOS SANTOS **(SENJUR)** .....
[ ] Suplente: ALAN MIRANDA **(SENJUR)** .....

**REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:**

[X] Titular: FRANCISCO DOS SANTOS MARCOS **(Educadores Físicos)** .....
[X] Suplente: ROSEMERI P. MIRANDA **(Educadores Físicos)** .....
[X] Titular: VAGNER MURILO M. DOS SANTOS **(Academias/Clubes)** .....
[ ] Suplente: DEUZIANE DA SILVA SANTOS **(Academias/Clubes)** .....
[X] Titular: BRUNO HENRIQUE RODRIGUES **(ACIAJA)** .....
[X] Suplente: MARCOS JOSÉ LEGAT **(ACIAJA)** .....
[X] Titular: THIAGO REBANE **(Atletas/Ex-Atletas)** .....
[ ] Suplente: IGOR DIORGENES P. MALAGE **(Atletas/Ex-Atletas)** .....

---

CONSELHO MUNICIPAL DO ESPORTE - COMESP

**FICHA DE INSCRIÇÃO DE CHAPA**
**ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA (BIÊNIO 2026–2028)**

Identificação da Chapa: **CHAPA Nº 01 -** Denominação (se houver): _____

**COMPOSIÇÃO:**

• Cargo de **Presidente**:
Nome: THIAGO REBANE
Segmento: ( ) Poder Público (X) Sociedade Civil

• Cargo de **Vice-Presidente**:
Nome: VAGNER MURILO M. dos SANTOS
Segmento: ( ) Poder Público (X) Sociedade Civil

• Cargo de **1º Secretário(a)**:
Nome: NILSON FRANÇA dos SANTOS
Segmento: (X) Poder Público ( ) Sociedade Civil

• Cargo de **2º Secretário(a)** (opcional/conforme deliberação):
Nome: THIAGO IGNÁCIO CORRÊA
Segmento: (X) Poder Público ( ) Sociedade Civil

Jaguariaíva/PR, 21 de outubro d

Assinatura do Responsável pela Chapa: _____

Recebido pela Mesa Coordenadora às 15 h 29 min.

---

CONSELHO MUNICIPAL DO ESPORTE - COMESP

**CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE – COMESP**
**MAPA DE VOTAÇÃO NOMINAL – ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA 2026–2028**

Votantes Aptos (Membros Titulares ou Suplentes no exercício da titularidade):

1. **SEMEC:** MAURICIO M. CAMARGO Voto: [ CHAPA 01 ]
2. **SEMUS:** ROSANGELA de M. ABREU Voto: [ CHAPA 01 ]
3. **SEDESHMF:** RAIANE S.S MIRANDA Voto: [ CHAPA 01 ]
4. **SENJUR:** NILSON F. dos SANTOS Voto: [ CHAPA 01 ]
5. **Educadores Físicos:** FRANCISCO S. MARCOS Voto: [ CHAPA 01 ]
6. **Academias/Clubes:** VAGNER MURILO M SANTOS Voto: [ CHAPA 01 ]
7. **ACIAJA:** BRUNO HENRIQUE RODRIGUES Voto: [ CHAPA 01 ]
8. **Atletas/Ex-Atletas:** THIAGO REBANE Voto: [ CHAPA 01 ]

QUADRO DE APURAÇÃO FINAL:

• Chapa 01: 08 votos
• Chapa 02 (se houver): — votos
• Em Branco: — votos
• Nulos: — votos

Total de votantes: 08 conselheiros.

Resultado Proclamado: Vencedora a **CHAPA Nº 1**

---

CONSELHO MUNICIPAL DO ESPORTE - COMESP

**TERMO DE POSSE DA MESA DIRETORA**

**EXERCÍCIO 2026 / 2028**

Aos **vinte e um dias do mês de outubro de 2026**, reunidos nas dependências do **Ginásio de Esportes Tubunão**, no Município de **Jaguariaíva**, Estado do **Paraná**, em conformidade com as disposições legais e regulamentares que regem o **Conselho Municipal de Esportes (COMESP)**, procedeu-se à eleição e subsequente posse dos membros da nova **Mesa Diretora** para o biênio **2026/2028**.

Desta forma, ficam formalmente empossados nos seus respectivos cargos os seguintes conselheiros eleitos por sufrágio democrático pelo plenário do Conselho:

- **PRESIDENTE:**
  Nome: THIAGO REBANE
  Segmento/Representação: ATLETAS / EX- ATLETAS
  Assinatura: _____
- **VICE-PRESIDENTE:**
  Nome: VAGNER MURILO MARTINS dos SANTOS
  Segmento/Representação: ACADEMIAS / CLUBES
  Assinatura: _____
- **SECRETÁRIO(A):**
  Nome: NILSON FRANÇA dos SANTOS
  Segmento/Representação: SENJUR
  Assinatura: _____

Os empossados declaram aceitar o encargo, assumindo o compromisso de cumprir e fazer cumprir as normas legais, zelar pelos princípios da administração pública, e atuar ativamente no fortalecimento, fomento e desenvolvimento das políticas públicas de esporte no Município de Jaguariaíva.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que foi devidamente datado e assinado pelos membros da Mesa Diretora recém-empossados e pelos demais conselheiros presentes à sessão.

Jaguariaíva - PR, 21 de outubro de 2026.

**Demais Conselheiros Presentes (Assinaturas):**

1. Mauricio Moraes Camargo
2. Rosangela de Moura Abreu
3. Raiane Silva dos Santos Miranda
4. Nilson França dos Santos
5. Francisco dos S. Marcos
6. Vagner Murilo M dos Santos
7. Bruno Henrique Rodrigues
8. Thiago Rebane

CONSELHO MUNICIPAL DO ESPORTE - COMESP

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE – COMESP**

**BIÊNIO 2026–2028**

Às **15h15min (quinze horas e quinze minutos)** do dia **21 (vinte e um)** do mês de **outubro** do ano de **2026 (dois mil e vinte e seis)**, nas dependências do **Ginásio de Esportes Tubunão**, sito a **Rua Major Vergílio, 133, Cidade Alta, no Município de Jaguariaíva – Estado do Paraná**, reuniu-se ordinariamente e realizou-se a **Sessão de Posse e Instalação** do **Conselho Municipal de Esporte – COMESP**, devidamente nomeado seus membros conselheiros pelo **Chefe do Poder Executivo**, Senhor **José Sloboda**, através do **Decreto Municipal nº 771/2026** com fulcro na **Lei Municipal nº 3.051/2025**, conforme prévia convocação expedida pelo **Ofício Circular nº 001/2026 – COMESP / SEMEC**.

Estiveram presentes os conselheiros titulares constantes abaixo:

**MAURICIO MORAES CAMARGO, ROSANGELA DE MOURA ABREU, RAIANE SILVA DOS SANTOS MIRANDA, NILSON FRANÇA DOS SANTOS, FRANCISCO DOS SANTOS MARCOS, VAGNER MURILO MARTINS DOS SANTOS, BRUNO HENRIQUE RODRIGUES e THIAGO REBANE.**

Estiveram presentes os conselheiros suplentes constantes abaixo:

**ROSEMERI PICHEPIURA MIRANDA e MARCOS JOSÉ LEGAT.**

Estiveram presentes os convidados constantes abaixo:

**JOSÉ LUIZ DOS SANTOS, CINTIA KAPPKE MEDEIROS MACHADO e THIAGO IGNÁCIO CORRÊA.**

A reunião foi aberta pelo **Diretor do Departamento de Esportes**, senhor **José Luiz dos Santos**, que deu as boas-vindas aos presentes e declarou aberta a sessão. Ele destacou a relevância do **COMESP** para as **políticas públicas** e o **desenvolvimento esportivo de Jaguariaíva.**

Em seguida, passou-se à deliberação das seguintes pautas:

1. **Acolhida e posse formal dos novos membros do COMESP para o mandato do biênio 2026–2028;**

COMESP Rua Major Vergílio, 133 - Cidade Alta Jaguariaíva - PR. CEP: 84200-000 (43) 3525 9398 Página 1

2. **Eleição e posse da Mesa Diretora;**
3. **Início dos trabalhos de elaboração e discussão do Regimento Interno do Conselho;**
4. **Definição do calendário/cronograma das reuniões ordinárias;**
5. **Assuntos gerais.**

Dando início aos trabalhos da **ordem do dia**, abriu-se espaço para a composição e inscrição de chapa para a eleição da **Mesa Diretora do Conselho**. Foi apresentada a **Chapa 01**, composta pelos seguintes conselheiros:

- **Presidente:** THIAGO REBANE - Segmento: Atletas/Ex-Atletas;
- **Vice-Presidente:** VAGNER MURILO MARTINS DOS SANTOS - Segmento: Academias/Clubes;
- **1º Secretário:** NILSON FRANÇA DOS SANTOS - Segmento: SENJUR – Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos;
- **2º Secretário (Secretário Executivo):** THIAGO IGNÁCIO CORRÊA - servidor da Secretaria Municipal responsável pela área de Esporte: SEMEC / Departamento de Esportes;

Colocada a proposta em votação entre os membros aptos presentes, a referida chapa foi declarada **eleita por unanimidade dos votos - 08 (oito) votos**, ficando os seus componentes formalmente empossados nos respectivos cargos diretivos para a condução dos trabalhos no **biênio 2026–2028**.

Assumindo a presidência dos trabalhos, o **Presidente eleito, Thiago Rebane** em ato contínuo, declarou empossados os conselheiros, para mandato de **02 (dois) anos**, com início na **data da sessão solene de posse** e término em **31 de dezembro de 2028**.

Após, iniciou as discussões acerca da elaboração do **Regimento Interno do COMESP**, ficando deliberado de **agendar sessão extraordinária para leitura e votação do texto-base**, aqual ficou definida para próxima reunião no dia **04 de novembro de 2026 - quarta-feira**.

Na sequência, quanto ao **calendário de encontros**, restou fixado que as **reuniões ordinárias do conselho** ocorrerão com periodicidade **mensal**, preferencialmente na **primeira quarta-feira do mês, às 15h00min**, nas dependências do **Ginásio de Esportes Tubunão** ou em local previamente informado.

Em assuntos gerais, **foi deliberado sobre os informes de projetos esportivos do município e a importância do Conselho e do Fundo Municipal de Esportes.**

COMESP Rua Major Vergílio, 133 - Cidade Alta Jaguariaíva - PR. CEP: 84200-000 (43) 3525 9398 Página 2

CONSELHO MUNICIPAL DO ESPORTE - COMESP

Nada mais havendo a tratar, o **Presidente Thiago Rebane,** agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, às **15h55 (quinze horas e cinquenta e cinco minutos)**, da qual foi lavrada esta ata pelo **1º Secretário, Nilson França dos Santos** e pelo **Secretário Executivo, Thiago Ignácio Corrêa**, que a subscrevem, onde após lida e aprovada, juntamente com o **Presidente** desta sessão e **demais conselheiros e convidados presentes**. Fica consignado que não se fizeram presentes, **por motivo justificado**, os **conselheiros suplentes: MARIA TEREZA MENDES PRESTES DUARTE, ANELISE JULIANI DOS SANTOS, VIVIANE DA SILVA PRADO, ALAN MIRANDA, DEUZIANE DA SILVA SANTOS e IGOR DIORGENES PINHEIRO MALAGE**, restando-lhes tomar posse oportunamente. Em complemento ao documento ora elaborado, o **vídeo da reunião se encontra** disponível na **plataforma Youtube, e no portal do conselho** (**https://esportejaguariaiva.portalgdc.com.br/**), podendo ser acessado por meio do seguinte link: **https://youtu.be/Or02olOpFPc.**

**Conselheiros, e Convidados Participantes / Relação de Assinaturas**

**Poder Público:**

Mauricio Moraes Camargo (Titular – SEMEC)
Rosângela de Moura Abreu (Titular – SEMUS)
Raiane Silva dos Santos Miranda (Titular – SEDESMF)
Nilson França dos Santos (Titular – SENJUR)

**Sociedade Civil:**

Francisco dos Santos Marcos (Titular – Educadores Físicos)
Rosemeri Pichepiura Miranda (Suplente – Educadores Físicos)
Vagner Murilo Martins dos Santos (Titular – Academias, Clubes e Associações)
Thiago Rebane (Titular – Atletas e Ex-Atletas)

COMESP Rua Major Vergílio, 133 - Cidade Alta Jaguariaíva - PR. CEP: 84200-000 (43) 3525 9398 Página 3

CONSELHO MUNICIPAL DO ESPORTE - COMESP

Bruno Henrique Rodrigues (Titular – ACIAJA)
Marcos José Legat (Suplente – ACIAJA)

**Registro da presença de convidados:**

José Luiz dos Santos – Diretor do Departamento de Esportes
Thiago Ignácio Corrêa – Administrativo Departamento de Esportes
Cintia Kappke Medeiros Machado – Jornalista - Comunicação

# CÂMARA

## CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA – PR

**EDITAL N.º 12.01/2026 – RESULTADO DEFINITIVO DO PROCEDIMENTO DE HETEREOIDENTIFICAÇÃO**

O Presidente da Câmara Legislativa do Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado definitivo do procedimento de heteroidentificação** do Concurso Público n.º 01/2026, nos seguintes termos.

Art.1° Após a análise dos recursos administrativos interpostos contra o resultado provisório do procedimento de heteroidentificação, fica **ALTERADA** a listagem preliminar divulgada na data pregressa de 20 de outubro de 2026, passando a vigorar as disposições constantes do **ANEXO ÚNICO** deste edital.

I. Os candidatos que interpuseram recurso contra o resultado provisório poderão consultar individualmente a resposta do recurso através da "Área do Candidato", qual encontra-se disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, consulta esta, que ficará disponível por 05 (cinco) dias a contar a partir desta publicação.

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Jaguariaíva (PR), 27 de outubro de 2026.

Dimas Alberto Faria Correa
**Presidente da Câmara Legislativa**

Juliano Claro Pereira
**Presidente da Comissão Organizadora**

FUNDAÇÃO FAFIPA

**CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA/PR**
CONCURSO PÚBLICO - 01/2026
ORGANIZAÇÃO: FUNDAÇÃO FAFIPA | CNPJ 05.566.804/0001-76

**ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 12.01/2026 - RESULTADO DEFINITIVO DO PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO**

**8682 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - JAGUARIAIVA**

| INSCRIÇÃO | NOME | MODALIDADE |
|---|---|---|
| 0043611 | GLAYDSON DOS SANTOS | Afrodescendente |
| 0043772 | LAURINEY INOCÊNCIO DE OLIVEIRA | Afrodescendente |
| 0042960 | ROZILDA DA SILVA XAVIER SANTOS | Afrodescendente |

**8683 - TÉCNICO LEGISLATIVO - JAGUARIAIVA**

| INSCRIÇÃO | NOME | MODALIDADE |
|---|---|---|
| 0041941 | ALINE MARTINS FERREIRA | Afrodescendente |
| 0043613 | GLAYDSON DOS SANTOS | Afrodescendente |
| 0042243 | JEIZIEL CAETANO DA SILVA | Afrodescendente |
| 0043946 | MARIA FERNANDA DE SOUZA SILVA | Afrodescendente |
| 0042962 | ROZILDA DA SILVA XAVIER SANTOS | Afrodescendente |

**8684 - ADVOGADO - JAGUARIAIVA**

| INSCRIÇÃO | NOME | MODALIDADE |
|---|---|---|
| 0042594 | AGATHA SILVA DA ROCHA | Afrodescendente |
| 0042255 | TALITA LEME | Afrodescendente |

## CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA – PR

**EDITAL N.º 13.01/2026 – DIVULGAÇÃO DOS CANDIDATOS HABILITADOS À CORREÇÃO DA PROVA DISCURSIVA**

O Presidente da Câmara Legislativa do Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Listagem dos candidatos habilitados à correção da prova discursiva** do Concurso Público n.º 01/2026, nos seguintes termos.

Art.1° Fica divulgado por meio do **ANEXO ÚNICO** deste edital, a relação de candidatos que terão a prova discursiva corrigida, conforme prescreve o item 14 do edital de abertura.

Art.2º A correção da prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada por uma Banca Examinadora designada para tal fim, considerando os aspectos presentes no edital de abertura, cuja pontuação máxima será de 40,00 (quarenta) pontos.

Art.3º Será considerado aprovado e classificado na respectiva etapa, o candidato que obter 20,00 (vinte) pontos ou mais.

Art.4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Jaguariaíva (PR), 27 de outubro de 2026.

Dimas Alberto Faria Correa
**Presidente da Câmara Legislativa**

Juliano Claro Pereira
**Presidente da Comissão Organizadora**

FAFIPA

**CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA/PR**
CONCURSO PÚBLICO - 01/2026
ORGANIZAÇÃO: FUNDAÇÃO FAFIPA | CNPJ 05.566.804/0001-76

**ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 13.01/2026 - LISTAGEM DOS CANDIDATOS HABILITADOS À CORREÇÃO DA PROVA DISCURSIVA - Retificado**

**8684 - ADVOGADO - JAGUARIAIVA**

| INSCRIÇÃO | NOME | PONTOS | MODALIDADE |
|---|---|---|---|
| 0042204 | GUILHERME SOUZA AZEVEDO | 95,50 | Ampla Concorrência |
| 0042493 | GUILHERME JOSÉ DE MELLO | 95,50 | Ampla Concorrência |
| 0042301 | JOÃO LUCAS GOMES DA SILVA | 93,50 | Ampla Concorrência |
| 0041920 | DANIEL SOARES DE ANDRADE | 93,00 | Ampla Concorrência |
| 0042089 | ELITON MARQUES | 92,50 | Ampla Concorrência |
| 0042382 | JOÃO PAULO ALEIXO | 92,00 | Ampla Concorrência |
| 0042414 | DANILO MARTINEZ BRANDÃO | 92,00 | Ampla Concorrência |
| 0042296 | MARCOS VINICIUS WILTEMBURG | 89,50 | Ampla Concorrência |
| 0042713 | EDUARDO ARAUJO | 89,00 | Ampla Concorrência |
| 0043055 | RAFAEL CANTELLE MOREIRA | 88,50 | Ampla Concorrência |
| 0042594 | AGATHA SILVA DA ROCHA | 88,00 | Afrodescendente |
| 0042772 | ANA CAMILA GALHOTI DO AMARAL | 87,50 | Ampla Concorrência |
| 0043365 | DANIEL SOUSA DA SILVA | 87,50 | PcD - Pessoa com Deficiência |
| 0043884 | DANIELA RODRIGUES BERNARDELLI | 87,50 | Ampla Concorrência |
| 0042255 | TALITA LEME | 87,00 | Afrodescendente |
| 0043882 | NELSON VIEIRA ALVES | 87,00 | Ampla Concorrência |
| 0043537 | LEANDRO DE OLIVEIRA CAMPOS | 86,00 | Ampla Concorrência |
| 0043807 | RAFAELA SEDASSARI MORAES | 86,00 | Ampla Concorrência |
| 0043826 | VICTOR GEROLDI DO VALE | 86,00 | PcD - Pessoa com Deficiência |
| 0042206 | TOMÁS NOMI SILVA | 85,50 | Ampla Concorrência |
| 0042890 | MÁRCIO DE CARVALHO MARTINS | 85,50 | Ampla Concorrência |
| 0043695 | MAYLA EMANUELLE DE MELO HEIDE | 85,50 | Ampla Concorrência |
| 0043060 | GUILHERME FRANCISCO DE SOUZA XAVIER | 85,00 | Ampla Concorrência |
| 0043677 | GIANCARLO GRACIOLI | 85,00 | Ampla Concorrência |
| 0042554 | LÍDIA LIMA RAULINO | 84,50 | Ampla Concorrência |
| 0042845 | CESAR PINTO DE LIMA JUNIOR | 84,50 | Ampla Concorrência |
| 0042093 | JOÃO PEDRO STOPA BERNARDELLI | 84,00 | Ampla Concorrência |
| 0043310 | PARAILIO DINIZ JUNIOR | 84,00 | Ampla Concorrência |
| 0043761 | MATHEUS TEODORO | 84,00 | Ampla Concorrência |
| 0042631 | RENAN CARDOSO CORREA | 83,50 | Ampla Concorrência |

## CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA – PR

**EDITAL N.º 14.01/2026**
**CONVOCAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA**

O Presidente da Câmara Legislativa do Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Convocação para prova prática** do Concurso Público n.º 01/2026, nos seguintes termos.

Art.1° Ficam **CONVOCADOS** os candidatos relacionados no **ANEXO ÚNICO** deste edital, para Prova Prática que realizar-se-á no dia **01 DE NOVEMBRO DE 2026 (DOMINGO)**, na **Câmara Municipal de Jaguariaíva**, situada à Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva – PR.

Art. 2° A **PROVA PRÁTICA** será aplicada aos cargos de **MOTORISTA.**

Art. 3º Para conhecer o endereço do local de realização da prova prática, o candidato poderá acessar o **LINK** – *Consulta do local de prova* e imprimir o **CARTÃO DE CONVOCAÇÃO**, disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br ou acessar o **ANEXO ÚNICO** deste edital. A identificação do local de realização das provas é de responsabilidade exclusiva do candidato, não podendo o mesmo realizar a prova em desconformidade com as disposições estabelecidas neste Edital.

Art. 4º Os candidatos deverão comparecer ao local de prova com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos de documento oficial de identificação com foto (original).

I. Os candidatos que se candidataram, em razão da tarefa avaliativa exigir a operação de máquina/equipamento e direção veicular, será necessário apresentação de Carteira Nacional de Habilitação – CNH (original), válida, com categoria compatível com o requisito do cargo, bem como 01 (uma) cópia simples da mesma.

II. O candidato que não apresentar a CNH, não poderá realizar a prova prática e estará automaticamente eliminado do certame.

Art. 5º A Prova Prática realizar-se-á, independentemente das diversidades físicas ou climáticas, na data estabelecida para a realização da mesma.

Art. 6º O candidato convocado para a Prova Prática deverá observar todo o disposto no item 13 do Edital de Concurso n.º 01/2026.

Art. 7º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Jaguariaíva (PR), 27 de outubro de 2026.

Dimas Alberto Faria Correa
**Presidente da Câmara Legislativa**

Juliano Claro Pereira
**Presidente da Comissão Organizadora**

FAFIPA

**CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA/PR**
CONCURSO PÚBLICO - 01/2026
ORGANIZAÇÃO: FUNDAÇÃO FAFIPA | CNPJ 05.566.804/0001-76

**ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 14.01/2026 - CONVOCAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA - RECEPÇÃO**
**01/11/2026 08:00**

| INSCRIÇÃO | NOME IDENTIFICAÇÃO | NASC. | ENDEREÇO | VAGA | MODALIDADE |
|---|---|---|---|---|---|
| 0042350 | CLAUDIO EUKLHERME BARBOSA DA SILVA | 05/07/1973 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0042147 | GUSTAVO PENTEADO BARROS | 30/07/2004 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0043209 | JEAN CARLO PARANÁ WLODKOVSKI | 18/09/1987 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0043940 | LUCIANA MACHADO DA SILVA | 18/01/1983 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0043457 | MARCIO JOSE MUCHARSKI | 29/03/1980 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0043496 | MATEUS WILLIAN PASSOS FÉLIX | 15/11/2000 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0043803 | MATHEUS RODRIGUES DE OLIVEIRA | 20/12/2004 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0042356 | TARCIS ALVES DOS SANTOS | 28/05/2006 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |

**CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA - RECEPÇÃO**
**01/11/2026 09:00**

| INSCRIÇÃO | NOME IDENTIFICAÇÃO | NASC. | ENDEREÇO | VAGA | MODALIDADE |
|---|---|---|---|---|---|
| 0043079 | CARLOS EDUARDO DIAS MARTINS | 14/10/1973 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0043664 | EMANOEL LUCAS QUIRINO | 29/01/1980 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0042123 | EVERSON DOS SANTOS | 09/12/1983 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0043955 | FELIPE BUENO DA ROSA | 16/04/2001 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0042503 | MATHEUS HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS | 30/07/2007 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0043432 | MAURICIO DE OLIVEIRA | 14/09/1980 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0043851 | MICHELE DE OLIVEIRA ALVES | 07/09/1989 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0043945 | SEBASTIAN JUNIOR BUENO | 30/03/1985 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |

**CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA - RECEPÇÃO**
**01/11/2026 10:00**

| INSCRIÇÃO | NOME IDENTIFICAÇÃO | NASC. | ENDEREÇO | VAGA | MODALIDADE |
|---|---|---|---|---|---|
| 0043682 | CLEITON SIQUEIRA | 24/09/1984 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0043545 | FLORENTINO BARROS DOS SANTOS | 25/07/1975 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0043936 | HEVERSON CICERO MORAIS | 20/07/1968 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0043521 | ISNAN GUILHERME DE OLIVEIRA | 11/03/1992 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0043374 | LUIZ EDUARDO ZDEP NOLASCO | 17/07/2003 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0042182 | MARCIO DO ROSARIO SAMPAIO | 28/09/1973 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0043372 | MATEUS DOMINGUES DA SILVA | 28/07/2006 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |

| INSCRIÇÃO | NOME IDENTIFICAÇÃO | NASC. | ENDEREÇO | VAGA | MODALIDADE |
|---|---|---|---|---|---|
| 0043664 | VINICIUS DOS SANTOS ALMEIDA | 21/08/2000 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |

**CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA - RECEPÇÃO**
**01/11/2026 11:00**

| INSCRIÇÃO | NOME IDENTIFICAÇÃO | NASC. | ENDEREÇO | VAGA | MODALIDADE |
|---|---|---|---|---|---|
| 0043039 | ADIR ANTONIO DOS SANTOS | 21/08/1968 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0043212 | ELIZANDRO FELIX DA SILVA | 02/08/1998 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0043296 | FAUER NEKANDER FERREIRA | 24/10/1991 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0043642 | FELIPE DA LUZ | 12/10/1995 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0042323 | GILSON PRESTES DOS SANTOS | 13/11/1974 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0043733 | JULIANO LUIZ CARDOSO | 21/05/1990 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0043157 | MATEUS HIAGO DE OLIVEIA | 24/04/1998 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | Ampla Concorrência |
| 0043819 | VANESSA DOS PASSOS BALTAZAR | 16/01/1989 | Rua Prefeito Aldo Sampaio Ribas, 222, Cidade Alta, Jaguariaíva - PR | 8681 - MOTORISTA | PcD - Pessoa com Deficiência |

## CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA – PR

**EDITAL N.º 15.01/2026**
**CONVOCAÇÃO PARA PROVA DE TÍTULOS**

O Presidente da Câmara Legislativa do Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Convocação para prova de títulos** do Concurso Público n.º 01/2026, nos seguintes termos.

Art. 1º Ficam **CONVOCADOS** a participar da prova de títulos os candidatos relacionados no **ANEXO ÚNICO** deste edital.

Art. 2º Os candidatos convocados e interessados em participar da prova de títulos deverão atentar-se os seguintes pontos:

I. no período das **08h00min do dia 28/10/2026 às 23h59min do dia 03/11/2026**, observado o horário oficial de Brasília/DF, preencher o formulário de cadastramento eletrônico disponível no endereço www.fundacaofafipa.org.br;

II. recomenda-se que o candidato efetue o acesso ao link de cadastramento citado na alínea anterior, com antecedência de até 30 (trinta) minutos do horário de término, para que seja possível a juntada de todos os documentos desejados.

Art. 3° O candidato convocado e interessado em participar da prova de títulos deverá observar todo o regramento posto no item 15 do edital de abertura.

Art. 4° Os títulos cadastrados no endereço eletrônico da Instituição Organizadora, deverão ser apresentados em cópias legíveis de frente e verso, preferencialmente autenticadas por cartório competente ou acompanhadas por autenticação eletrônica.

I. É de exclusiva responsabilidade do candidato o anexo dos títulos no endereço eletrônico da Instituição organizadora, como forma de comprovação.

Art. 5° A inobservância das regras dispostas nesta convocação, bem como das regras colacionadas no edital de abertura, acarretará na invalidação dos títulos anexados, e por consequência na **ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO** da etapa em comento.

Art. 6º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Jaguariaíva (PR), 27 de outubro de 2026.

Dimas Alberto Faria Correa
**Presidente da Câmara Legislativa**

Juliano Claro Pereira
**Presidente da Comissão Organizadora**

FAFIPA

**CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA/PR**
CONCURSO PÚBLICO - 01/2026
ORGANIZAÇÃO: FUNDAÇÃO FAFIPA | CNPJ 05.566.804/0001-76

**ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 15.01/2026 - CONVOCAÇÃO PARA PROVA DE TÍTULOS - Retificado**

**8684 - ADVOGADO - JAGUARIAIVA**

| INSCRIÇÃO | NOME | MODALIDADE |
|---|---|---|
| 0042594 | AGATHA SILVA DA ROCHA | Afrodescendente |
| 0042772 | ANA CAMILA GALHOTI DO AMARAL | Ampla Concorrência |
| 0042845 | CESAR PINTO DE LIMA JUNIOR | Ampla Concorrência |
| 0041920 | DANIEL SOARES DE ANDRADE | Ampla Concorrência |
| 0043365 | DANIEL SOUSA DA SILVA | PcD - Pessoa com Deficiência |
| 0043884 | DANIELA RODRIGUES BERNARDELLI | Ampla Concorrência |
| 0042414 | DANILO MARTINEZ BRANDÃO | Ampla Concorrência |
| 0042713 | EDUARDO ARAUJO | Ampla Concorrência |
| 0042089 | ELITON MARQUES | Ampla Concorrência |
| 0043677 | GIANCARLO GRACIOLI | Ampla Concorrência |
| 0043060 | GUILHERME FRANCISCO DE SOUZA XAVIER | Ampla Concorrência |
| 0042493 | GUILHERME JOSÉ DE MELLO | Ampla Concorrência |
| 0042204 | GUILHERME SOUZA AZEVEDO | Ampla Concorrência |
| 0042301 | JOÃO LUCAS GOMES DA SILVA | Ampla Concorrência |
| 0042382 | JOÃO PAULO ALEIXO | Ampla Concorrência |
| 0042093 | JOÃO PEDRO STOPA BERNARDELLI | Ampla Concorrência |
| 0043537 | LEANDRO DE OLIVEIRA CAMPOS | Ampla Concorrência |
| 0042554 | LÍDIA LIMA RAULINO | Ampla Concorrência |
| 0042890 | MÁRCIO DE CARVALHO MARTINS | Ampla Concorrência |
| 0042296 | MARCOS VINICIUS WILTEMBURG | Ampla Concorrência |
| 0043761 | MATHEUS TEODORO | Ampla Concorrência |
| 0043695 | MAYLA EMANUELLE DE MELO HEIDE | Ampla Concorrência |
| 0043882 | NELSON VIEIRA ALVES | Ampla Concorrência |
| 0043310 | PARAILIO DINIZ JUNIOR | Ampla Concorrência |
| 0043055 | RAFAEL CANTELLE MOREIRA | Ampla Concorrência |
| 0043807 | RAFAELA SEDASSARI MORAES | Ampla Concorrência |
| 0042631 | RENAN CARDOSO CORREA | Ampla Concorrência |
| 0042255 | TALITA LEME | Afrodescendente |
| 0042206 | TOMÁS NOMI SILVA | Ampla Concorrência |
| 0043826 | VICTOR GEROLDI DO VALE | PcD - Pessoa com Deficiência |

## Decreto Legislativo n° 035/2026

**SÚMULA**: Cancela Dotações no Orçamento do Poder Legislativo Municipal

A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Jaguariaíva, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no **artigo 6º** da Lei Municipal **3097/2025 –** Lei Orçamentária para o Exercício de **2026**.

**DECRETA:**
**Art. 1°** - Fica Cancelado as dotações no Orçamento do Poder Legislativo Municipal correspondente ao exercício financeiro **2026**, no valor total de **R$ 393.135,84**(Trezentos e Noventa e Três Mil, Cento e Trinta e Cinco Reais e Oitenta e Quatro Centavos), conforme segue:

| CODIGO | DESCRIÇÃO | VALOR |
|---|---|---|
| 01 | Poder Legislativo | |
| 01.001 | Câmara Municipal | |
| 01.031.0001-2001 | Manutenção do Poder Legislativo | |
| 3.1.90.11.00.00 | Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil | R$ 368.486,64 |
| 01.031.0001-0011 | Amortização de Encargos com o IPREV | |
| 3.3.91.97.00.00 | Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS | R$ 24.649,20 |
| TOTAL | | R$ 393.135,84 |

**Art. 2°**- As referidas dotações provenientes do cancelamento de dotações retornam ao Orçamento Geral do Executivo Municipal de Jaguariaiva para o Exercício Financeiro de 2026, no valor total de **R$ 393.135,84**(Trezentos e Noventa e Três Mil, Cento e Trinta e Cinco Reais e Oitenta e Quatro Centavos).

**Art. 3**° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Jaguariaíva em 28 de outubro de 2026.

DIMAS ALBERTO FARIA CORREA
Vereador-Presidente

VALDECI COX
1º Secretário

# IPREV

## Portaria nº. 02/2026

Nomeia os componentes da comissão julgadora do credenciamento médico do IPREV.

O Presidente Executivo do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Jaguariaíva IPREV, Estado do Paraná, **VALDEMIR FERREIRA**, no uso das atribuições conferidas pelo decreto 048/2025

**RESOLVE**

**Art. 1º. Nomear** a comissão julgadora para credenciamento de médicos prestadores de serviços junto ao IPREV, advinda do edital de credenciamento n° 01/20206, nos seguintes termos:

**a)** Como presidente da comissão, o servidor **SEBASTIÃO AMARILDO DE LARA**, servidor público com cargo em provimento efetivo de contador, portador da Carteira de Identidade RG n° X.XXX.557-8 e inscrito no CPF/MF sob o n° XXX.XXX.409-78.

**b)** Como demais membros da comissão, os servidores **CIRILO MILAK**, servidor público com cargo em provimento efetivo, portador da Carteira de Identidade RG n° X.XXX.635-0 e inscrito no CPF M/F sob o n° XXX.XXX.489-96, **VIVIANE CARPINSKI**, servidora pública com cargo em provimento efetivo, portadora da Carteira de Identidade RG n° X.XXX.632-6/PR, inscrita perante o CPF/MF sob nº, XXX.XXX.769-80 e **MARIA CRISTINA DE MELLO** inscrita perante o CPF/MF sob o n° XXX.XXX.059-61.

**Art. 2°.** Os acima nomeados terão como atribuições acompanhar e certificar a regularidade dos documentos apresentados pelos inscritos do processo de credenciamento médico n° 01/2026 realizado junto ao IPREV no mês de novembro/2026.

**Art. 3°.** Os serviços prestados em decorrência desta portaria serão sem ônus ao IPREV, sendo considerados de caráter relevante e de interesse público (art. 4° da Lei Municipal n° 2155/2010).

**Art. 4º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Art. 5º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Jaguariaíva, 28 de outubro de 2026.

VALDEMIR FERREIRA
Presidente Executivo do IPREV

## EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE MÉDICO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JAGUARIAÍVA IPREV.

### EDITAL Nº 01/2026 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026

O **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JAGUARIAÍVA IPREV,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 72.376.916/0001-51, com sede na Rua José de Alencar, n° 161, Jaguariaíva-PR, neste ato representado por seu presidente executivo **VALDEMIR FERREIRA**, brasileiro, casado, bacharel em direito, portador da Carteira de Identidade RG n° 6.123.379-2 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° 808.387.909-69, com endereço profissional na Rua José de Alencar, n° 161, Jaguariaíva-PR, torna público que realizará nos termos dos art. 79 e seguintes da Lei n° 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, o credenciamento de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços médicos no âmbito do IPREV, nos termos e condições do presente edital.

**1. DO OBJETO**

**1.1.** Este Edital tem por objeto o credenciamento de profissionais, por meio de pessoa física ou jurídica para a prestação de serviços na área de perícia médica necessárias para a avaliação da capacidade ou incapacidade de dependentes de segurado para fins de concessão de pensão, avaliação médica para fins de isenção de imposto de renda, exames médicos ocupacionais PCMCO (programa de controle médico de saúde ocupacional), PGR (programa de gerenciamento de riscos), gestão de colaboradores, envios e-social, LTIP (laudo técnico de insalubridade e periculosidade).

**1.2.** Serão credenciados os seguintes profissionais para realização das perícias médicas:
**1.2.1.** Médico perito que tenha especialização em Medicina do Trabalho;
**1.2.2.** Médico perito que tenha especialização em perícia médica, com o devido registro no Conselho Regional de Medicina do Paraná.

**1.3.** No caso de credenciamento de pessoa jurídica, a mesma deverá possuir em seu quadro de colaboradores, profissionais com a especialização constante no item anterior.

**2. DO CREDENCIAMENTO**

**2.1. São fases do credenciamento:**
**2.1.1.** Divulgação do Edital;
**2.1.2.** Inscrição dos interessados;
**2.1.3.** Análise da documentação;
**2.1.4.** Divulgação da lista dos médicos/clínicas habilitados e credenciados, segundo ordem de precedência;
**2.1.5.** Análise de eventuais recursos;
**2.1.6.** Homologação do resultado do credenciamento;
**2.1.7.** Assinatura do Termo de Compromisso e Responsabilidade;
**2.1.8.** Publicação da lista geral dos médicos habilitados e credenciados através de Extrato.

**3. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO**

**3.1.** Os interessados em se credenciarem perante o IPREV deverão inscrever-se para o presente credenciamento, devendo apresentar o Requerimento para Credenciamento (conforme Anexo I), juntamente com a documentação exigida neste edital, na sede do IPREV, sito a Rua José de Alencar, n° 161, Centro, no Município de Jaguariaíva, Estado Paraná.

**3.2.** O requerimento e os documentos deverão ser entregues de segunda-feira a sexta-feira, das 09:00 as 12:00 horas e das 14:00 as 17:00 horas, no período de **03 de novembro de 2026 a 23 de novembro de 2026.**

**3.3.** O requerimento e os documentos deverão ser entregues em 01 (um) !"$ ( ")$ , (- ,)$ ./01213/45613789)$ " , "$ ($
parte externa o nº do Edital de Credenciamento, nome e CPF ou CNPJ do interessado, preferencialmente com os seguintes dizeres:

**!"" "**

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JAGUARIAÍVA IPREV EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 01/2026**
**NOME:**
**CPF/CPNJ:**
**ENDEREÇO:**
**FONE:**
**E-MAIL:**

**4. DOS DOCUMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO:**

**4.1.** Deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**4.1.1.** Declaração de Compromisso de Prestação e de disponibilidade de carga horária, compatível com a conveniência dos usuários do IPREV considerando-se seu horário de funcionamento;

**4.1.2.** Cópia do Registro nos Conselhos Regional e Federal de Medicina (CRM e CFM);

**4.1.3.** Cópia da Cédula de Identidade;

**4.1.4.** Cópia da Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou jurídica (CNPJ);

**4.1.5.** Cópia do Diploma de Graduação em Medicina;

**4.1.6.** Título de especialista na área de perícia médica ou medicina do trabalho;

**4.1.7.** Alvará de Licença de Localização e Funcionamento do consultório, expedido pela Prefeitura Municipal, caso possua consultório próprio;

**4.1.8.** Licença válida para funcionamento do consultório, fornecida pela Vigilância Sanitária Municipal, caso possua consultório próprio;

**4.1.9.** Declaração, sob as penas da lei, de que não é cônjuge ou companheiro(a), não tem vínculo de parentesco colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com algum integrante ativo ou inativo do IPREV.

**4.2.** Os documentos deverão ser apresentados mediante cópia autenticada por cartório competente.

**4.3.** Os documentos entregues serão analisados pela Secretaria do IPREV, no ato da entrega ou em até 2 (dois) dias úteis.

**4.4.** Havendo falha, restrição ou ausência de algum documento exigido neste edital, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, justificadamente, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

**5. DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO**

**5.1.** A prestação dos serviços dar-se-á no consultório do profissional credenciado mediante aviso por escrito (e-mail ou whatsapp) com 05 (cinco) dias de antecedência.

**6. DA FORMA DE ESCOLHA DA ORDEM DE ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS.**

**6.1.** Todos os médicos credenciados estarão aptos a prestar os serviços constantes deste edital quando necessário. No entanto, a fim de se estabelecer uma ordem, bem como garantir rotatividade, após a abertura dos envelopes e credenciamento dos profissionais, será realizado um sorteio para se definir a ordem de atuação, a qual será respeitada até a expiração do presente credenciamento.

**7. DOS IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO**

**7.1.** Ficarão impedidas de participar:

**7.1.1.** As pessoas enquadradas no artigo 14, da Lei Federal n. 14.133/2021;
**7.1.2.** As pessoas que estejam declaradas inidôneas pela Administração Pública ou temporariamente impedidas de licitar ou contratar com a Administração.

**7.1.3.** O servidor efetivo da Câmara Municipal ou da Prefeitura Municipal de Jaguariaíva e suas Autarquias Municipais.
**7.1.4.** O titular de mandato eletivo.

**7.2.** O credenciamento estará condicionado à análise da documentação apresentada pelos interessados, observada a necessidade e conveniência do IPREV.

**7.3.** O credenciamento não se configurará como vínculo empregatício.

**7.4.** As informações relativas à habilitação são de inteira responsabilidade do informante, que responderá civil e criminalmente por imprecisão ou ausência de veracidade.

**7.5.** O médico/clínica médica deve estar habilitado para o exercício da medicina, sem qualquer impedimento.

**7.6.** O médico, no desempenho de sua atividade, deve conhecer e cumprir na íntegra as Resoluções do Conselho Federal de Medicina e do CRM-PR : Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná.

**8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**8.1.** Realizar exames médico-periciais nos segurados/beneficiários e servidores do IPREV, conforme indicação, registrando os resultados conforme estabelecido nos procedimentos de perícia médica da Autarquia, observado o período e horários declarados para o atendimento;

**8.2.** Manter, durante a vigência do contrato, as condições exigidas para sua habilitação;

**8.3.** Comunicar ao IPREV a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento;

**8.4.** Zelar pela observância do Código de Ética Médica, principalmente no que se refere aos impedimentos relativos às atividades inerentes ao contrato;

**8.5.** Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, a execução dos serviços para os quais foi contratado e capacitado;

**8.6.** Não alterar as instalações e o endereço comercial sem comunicar previamente ao IPREV;

**8.7.** Permitir o acompanhamento e fiscalização por servidores do IPREV ou por terceiros por ele contratados para essa finalidade;

**9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**9.1.** Dar condições para a execução do objeto deste Edital;

**9.2.** Cumprir a obrigação de pagamento, observando as condições fixadas no Edital, seus Anexos e no contrato firmado com o CONTRATADO;

**9.3.** Fiscalizar a execução do contrato, fazendo cumprir as exigências fixadas no Edital e seus Anexos;

**9.4.** Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pelo CONTRATADO e que digam respeito à natureza dos serviços que tenha de executar;

**9.5.** Exercer a fiscalização, a qualquer tempo, e efetuar o controle de qualidade dos serviços por profissionais especialmente designados.

**9.6.** Para solicitação de perícias médicas, a CONTRATANTE respeitará a área de especialidade de cada caso, em sistema rotativo sempre que possível.

**10. DO VALOR FIXADO POR PROCEDIMENTO**

**10.1.** O valor de cada procedimento será estabelecido conforme a Tabela Honorária abaixo discriminada:

| ITEM | DESCRIÇÃO | VALOR |
|---|---|---|
| 01 | Perícia médica individual realizada por Médico com RQE : Registro de Qualificação de Especialista em Perícia Médica ou Médico do Trabalho | R$ 500,00 (quinhentos reais) |
| 02 | Perícia médica individual realizada por Médico com RQE : Registro de Qualificação de Especialista em Perícia Médica ou Médico do Trabalho EM DOMICILIO. | R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) |
| 03 | Perícia individual médica necessária para a avaliação da capacidade ou incapacidade de dependentes de segurado para fins de concessão de pensão, mediante emissão de Laudo Médico Oficial Circunstanciado, a ser realizada por Junta Médica composta por no mínimo 03 (três) médicos, sendo pelo menos 01 (um) Médico com RQE : Registro de Qualificação de Especialista em Perícia Médica ou Médico do Trabalho. | R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) |
| 04 | PCMSO / PGR / gestão de colaboradores / envios e social / LTIP | R$ 200,00 (duzentos reais) |

**10.1.1.** O valor constante na Tabela poderá ser ratificado pelo Conselho de Administração do IPREV.

**10.1.2.** Em caso de necessidade de realização de reavaliação em prazo inferior a 30 dias à análise já realizada, não será devido qualquer pagamento ao médico credenciado.

**11. FORMA DE PAGAMENTO**

**11.1.** O procedimento para pagamento dos valores devidos pelos serviços prestados pelo CONTRATADO observará a seguinte ordem:

**11.1.1.** Apresentação das autorizações para realização das análises médicas, emitida por responsável do IPREV;

**11.1.2.** Os valores serão postos mensalmente à disposição do CONTRATADO, junto ao IPREV até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados;

**11.1.3.** Os valores serão pagos ao profissional ou pessoa jurídica contratada somente após a finalização da análise médica, bem como a aposição de assinatura do médico/pessoa jurídica no Recibo de Pagamento de Autônomo (RPA) ou nota fiscal eletrônica;

**11.1.4.** Os valores a serem pagos não sofrerão qualquer tipo de correção ou reajuste durante a vigência do Contrato, sendo corrigidos pelo índice INPC do período, no momento de eventual renovação.

**12. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO**

**12.1.** O Prazo de vigência do credenciamento é de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de publicação da Lista Geral de médicos e/ou pessoas jurídicas credenciadas, podendo ocorrer a renovação por igual período a critério do Conselho de Administração;

**12.2.** O prazo estipulado no subitem 12.1 deste Edital, quando à vigência do credenciamento, nos exercícios subsequentes ao da assinatura do credenciamento, estará sujeito à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas Leis orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

**13. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**13.1.** Os pedidos de impugnação do presente Edital, com possibilidade prevista

na Lei Federal nº 14.133/2021, que forem aplicáveis ao credenciamento, deverão ser formulados e entregues na sede do IPREV até o segundo dia útil antecedente à data para recebimento das inscrições do credenciamento.

**13.2.** Caberá ao IPREV, na pessoa de seu presidente, decidir sobre a petição da impugnação no prazo de 24 (vinte quatro) horas, transcorridas a partir da data de seu recebimento.

**14. DOS RECURSOS**

**14.1.** O candidato poderá interpor recurso contra os resultados da análise de sua habilitação, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de divulgação da Lista Geral, resultado do processo de credenciamento, no Diário Oficial do Município de Jaguariaíva-PR;

**14.2.** O Recurso deverá ser feito por escrito, dirigido ao IPREV, contendo a assinatura do candidato e ser entregue pessoalmente na Sede do Instituto;

**14.3.** As decisões sobre os recursos serão divulgadas aos candidatos por publicação no Diário Oficial do Município de Jaguariaíva-PR;

**14.4.** Os recursos impetrados no processo de credenciamento terão efeito suspensivo.

**15. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

**15.1.** As despesas serão atendidas por dotação própria do orçamento vigente, codificada sob as rubricas nº 3.3.90.39.00.00.00.00.1001 : Outros Serviços de Terceiros : Pessoa Jurídica e 3.3.90.36.00.00.00.00 : Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

**16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**16.1.** O Conselho de Administração do IPREV poderá regulamentar questões esclarecedoras, interpretativas, complementares ou omissas mediante Resolução.

**16.2.** O credenciado ou o IPREV poderão solicitar o descredenciamento, sempre que demonstrado desinteresse ou desnecessidade da prestação dos serviços, mediante notificação da parte interessada com antecedência de 60 (sessenta) dias.

**17. DOS ANEXOS**

**17.1.** Integram o presente edital os seguintes anexos:

**ANEXO I -** TERMO DE REFERÊNCIA
**ANEXO II -** REQUERIMENTO PARA INSCRIÇÃO

Jaguariaíva, 28 de outubro de 2026.

**VALDEMIR FERREIRA**
Presidente do IPREV

EM BRANCO